



Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 64.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1983

(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Rubens Bueno e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirnus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkcski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA — Solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere o pedido de chamada da Sra. Deputada Amélia Hruschka e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

26 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para abertura da sessão.

Em votação as atas que foram lidas. — Aprovadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 67/83

Curitiba, 20 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiv majorar em 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1.º de julho de 1983, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, evidencia a preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores

públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

Merece destacar que a proposta de majoração levada a exame dessa Assembléia, atingirá não só os vencimentos básicos dos servidores, como também outras vantagens, entre as quais salário família, gratificação de produtividade e as instituídas pela Lei n.º 6212/71. Serão também majoradas as pensões especiais pagas pelo Estado, e, em decorrência do aumento de vencimentos, as atribuídas pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam majorados, a partir de 1.º de julho de 1983, em 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 2.º — O valor unitário do salário família ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 1.215,00 (hum mil, duzentos e quinze cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais previsto no Art. 3.º, da Lei n.º 7696, de 05 de janeiro de 1983, fica fixado em Cr\$ 16.029,00 (dezesesseis mil e vinte e nove cruzeiros).

Art. 4.º — A gratificação de produtividade atingida pelo Art. 4.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 7.696/83, fica majorada em 35% (trinta e cinco por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 5.º — Os valores atingidos pelo Art. 5.º da Lei n.º 7696, ficam majorados em 35% (trinta e cinco por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se no que couber, ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único. A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971, incorporada aos proventos dos inativos, fica com o seu valor acrescido de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 7.º — O Poder Executivo fica autorizado a, mediante decreto, fixar o vencimento inicial dos integrantes do nível PA-1, do Quadro Próprio do Magistério no valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos vigentes no Estado, na data desta lei, mantendo as mesmas diferenças percentuais entre os vencimentos dos demais níveis da tabela do referido Quadro.

Art. 8.º — O Chefe do Poder Executivo baixará Decreto contendo as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação do disposto no Art. 1.º, da presente lei, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 9.º — Para atender aos encargos financeiros decorrentes, da execução da presente lei, o percentual estabelecido no

Art. 7.º da Lei n.º 7676, de 06 de dezembro de 1982, fica fixado em 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 10. — Esta lei entrará em vigor em 1.º de julho de 1983, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os números DTL/17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25/83, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

87/82:

Do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.709. —Anote-se. Arquite-se.

96/82:

Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.707. —Anote-se. Arquite-se.

97/82:

Do Sr. ex-Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA, com sede e foro na Comarca de Município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o número 7.703. - Anote-se. Arquite-se

Do Sr. Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública o LAR DE NAZARÉ, ASSISTÊNCIA À VELHICE DESAMPARADA, da cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o número 7.710. - Anote-se. Arquite-se.

131/82;

Do Sr. Deputado AUGUSTO CARNEIRO que declara de utilidade pública o ESTACIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS com sede e foro no Município de Colombo o qual convertido em lei tomou o numero 7.708. Anote-se. Arquite-se.

132/82

Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO que declara de utilidade publica a PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURE com sede e foro nesta Capital o qual convertido em lei tomou o numero 7.706. Anote se Arquite-se.

137/82:

Do Sr. ex-Deputado TÚLIO ZANCHET, que declara de utilidade pública o CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, com sede e foro no Município de Marmeleiro, o qual convertido em lei tomou o número 7.705. - Anote-se. Arquite-se.

139/82:

Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o CORAL PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.702. — Anote-se. Arquite-se.

140/82:

Do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a CASA DO AGASALHO, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.704. — Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 22/83, de sua autoria,

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei n.º 84/83, que concede aumento de 35% (trinta e cinco por cento) ao funcionalismo público.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o estatuído no Art. 19 da Constituição Estadual, REQUEREM a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito visando analisar os prejuízos decorrentes das enchentes verificadas em todo o Estado, bem como as providências tomadas pelos órgãos governamentais.

Nos termos da Lei Federal 1579, a CPI terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e se constituirá de cinco (05) membros.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

WERNER WANDERER	AIRTON CORDEIRO
TUGUIO SETOGUTTE	GABRIEL SAMPAIO
IVAN GUBERT	TÉRCIO ALBUQUERQUE
BASÍLIO ZANUSSO	FUAD NACLI
PÉRICLES PACHECO	EZEQUIAS LOSSO
EDGARD PIMENTEL	GILBERTO CARVALHO
ERONDY SILVÉRIO	JORGE MAIA FILHO
ODENI MONGRUEL	GABRIEL MANOEL
FRANCISCO ESCORSIN	NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Os Deputados que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o estatuído no Art 19 da Constituição Estadual REQUEREM a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Educação para analisar a situação educacional do Estado nos seguintes aspectos acompanhar os criterios de nomeação dos Diretores de Colégios Estaduais eleitos através de determinação da Secretaria da Educação corrigir a má remuneração dos professores públicos municipais; acompanhar a falta de repasses de órgãos federais e estaduais às prefeituras para exercício de suas atividades educacionais e efetivar concurso de professores e especialistas em educação.

Nos termos da Lei Federal 1579, a CPI terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e se constituirá de 5 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

WERNER WANDERER	AIRTON CORDEIRO
GABRIEL MANOEL	TUGUIO SETOGUTTE
GABRIEL SAMPAIO	EDGARD PIMENTEL
PÉRICLES PACHECO	NELSON BUFFARA
FUAD NACLI	BASÍLIO ZANUSSO
EZEQUIAS LOSSO	ODENI MONGRUEL
GILBERTO CARVALHO	JORGE MAIA FILHO
TÉRCIO ALBUQUERQUE	IVAN GUBERT
ERONDY SILVÉRIO	AUGUSTO CARNEIRO

e uma assinatura ilegível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a

consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CASEMIRO NOVAKI, ocorrido em Clevelândia, no dia 15 de junho. Era gaúcho de nascimento e cidadão de Clevelândia por coração. Faleceu aos 68 anos de idade, deixando viúva Dona Iracema Novaki.

Requer outrossim, que após decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, residente em Clevelândia, à Rua São Sebastião, s/n.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOEL MAZZA, Coletor Estadual da cidade de Boa Vista da Aparecida.

Por se tratar de pessoa de grande estima, sua morte trágica deixa grande pesar na sociedade e no meio de suas amizades, principalmente ao Prefeito Municipal, Cícero Barbosa Sobrinho, de quem era amigo particular.

Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos um voto de pesar pelo passamento precoce, da Senhorita JUDITE FERREIRA AUGUSTO, ocorrido no último dia 18 num lamentável acidente automobilístico, no asfalto que liga a BR-373, à cidade de Manguinhos, no Sudoeste do Paraná. O passamento de Judite enlutou toda a comunidade de Manguinhos.

Outrossim, requer ainda dê-se ciência da decisão da Casa ao Sr. Leopoldo Ferreira Augusto, genitor da falecida.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO URUBATHAN ISRAEL BARBOSA DE AMORIM, ocorrido no dia 15 do corrente mês, nesta Capital. Outrossim, solicita dar ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Alberto Urubathan Israel Barbosa de Amorim, nasceu no dia 15/03/30, na cidade de Manaus, Capital do Amazonas.

Estudou no Colégio Dom Bosco em Manaus, onde fez o ginásio e o científico.

Na sua juventude teve grande atividade política, sendo que aos 26 anos de idade foi designado Conselheiro Nacional da UDN, representando o Estado do Amazonas.

Em 1958, foi candidato pela UDN amazonense a Deputado Estadual, tendo imensa votação, tendo sido, nessa época, um dos maiores oradores do Amazonas.

Foi redator, com coluna diária dos jornais "A Crítica" e "A Notícia".

Em 1960, foi contratado pelos Diários Associados do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores e redatores da Revista

"Opinião". Teve grande participação nos movimentos sócio-políticos do Rio de Janeiro, parte integrante da intelectualidade carioca. Em 1973, fundou a revista "Atualidades Brasileiras" sendo o seu Diretor-Superintendente e seu principal editoralista.

Em 1976 veio para o Paraná, transferindo sua revista para cá, dando ao nosso Estado fator de destaque na imprensa nacional, pois sua revista, aqui editada, passou a ser uma revista paranaense com circulação nacional e com sucursais em Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Foi um homem extremamente preocupado com as causas do Paraná e com as causas de seu povo.

Faleceu nessa cidade, deixando esposa, Dona Mercine Ferro Barbosa de Amorim e filhos, Frederico, Léa, Felipe, e Margareth.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem, em 18/06, do Dia Nacional do Químico.

Requeiro, outrossim, da decisão da Casa, seja dado ciência ao Conselho Federal de Química, Conselho Regional de Química e ao Diretor e Professores do Curso de Engenharia Química da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, voto de congratulações a D. Geraldo Magella Agnelo, Arcebispo de Londrina, pela oficialização do Núcleo Arquidiocesano de Justiça e Paz de Londrina.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Justiça e Paz do Paraná, presidida atualmente pelo eminente advogado Wagner Rocha D'Angelis, é reconhecidamente uma força humanizadora e democratizante da sociedade paranaense. Seus posicionamentos e a defesa permanente das camadas oprimidas e exploradas trouxeram-lhe o reconhecimento e o respeito de todos os democratas.

A criação, no último dia 18, do Núcleo de Londrina da Comissão preencherá uma lacuna na vida social do norte do Paraná, região em que a violência no campo mais se sobressai. Muito trabalho terão os fundadores da comissão, constituída pelo Pe, Emílio Palloschi, como assistente eclesiástico e pelos seguintes cidadãos: Hugo de Pino Tavares, Hélio Dutra de Souza, Jorge Brandalize, Benito Gusso, Walmor Macarini, Donato Parizotto, Wilson Sella, Alcione Pimpão Alves, Maria Aparecida F. Alves, Odésio Franciscon, Edilson Leal, Benício Almeida Mendonça.

O Arcebispo de Londrina, D. Geraldo M. Agnelo, ao presidir a sessão de instalação da comissão consolida mais uma vez sua imagem de pastor atuante e interessado na solução dos graves problemas sociais do Paraná de hoje.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata voto de louvor à iniciativa do semanário "Nosso Tempo", da cidade de Foz do Iguaçu, em promover consulta à população em forma de eleições, sobre as preferências com relação ao nome do novo Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O sucesso da consulta popular promovida pelo semanário "Nosso Tempo" e a ampla repercussão da mesma em todos os segmentos da sociedade daquele município, e em todo o Estado, em razão da cobertura recebida pela imprensa comprova a já tão destacada determinação dos munícipes de não aceitarem mais imposições estranhas, no tocante à escolha do seu prefeito, mas que sim, reivindicam a realização de eleições diretas por sufrágio universal e secreto, e a necessária revogação da Legislação de Excessão que impede as ditas eleições nos municípios considerados áreas de segurança nacional, resquício dos períodos mais negros da ditadura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER que após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de louvor à instalação do parque gráfico e fundação do "Jornal do Estado".

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A criação do "Jornal do Estado", empreendimento do jornalista Roberto Barrozo Filho, vem ocupar papel relevante em nossa sociedade, necessitada que está, de um órgão através do qual possa apresentar seus anseios, preocupações e reivindicações, contribuindo dessa forma para efetivamente alcançarmos a tão almejada democracia, que não se constrói sem uma imprensa livre e independente, preocupada tão somente com os destinos maiores de nossa terra e de nossa gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, "voto de apoio" aos professores da Universidade Federal do Paraná, que se encontram com suas atividades paralisadas, por entenderem que a pauta de reivindicações dos servidores é justa constituída de 70 por cento de reposição salarial a partir de maio de 1983, 13.^o salário aos estatutários, reajuste semestral e a elaboração de novo estatuto para os funcionários públicos federais, a ser discutido pelo Congresso Nacional sem regime de urgência.

Outrossim, uma vez aprovada a presente propositura, que seja oficiado à Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná e à Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Regimentalmente REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Alceu C. Machado, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo urgência na demolição do prédio onde funcionaria o Forum da Comarca de Maringá, e que segundo autoridades judiciárias, o citado prédio teria sido mal construído, tendo acarretado violento prejuízo aos cofres do Estado do Paraná.

Requeremos ainda, seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, gestões visando a construção imediata do novo Forum da Comarca de Maringá, pelos motivos que apresentamos na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo uma construção quase concluída, foi embargada em Maringá, bem no centro da cidade, no Centro Cívico, pois segundo noticiários da imprensa, autoridades do judiciário teriam condenado a obra, alegando entre outras coisas, qu o prédio havia sido construído fugindo das especificações do projeto, e suas dependências não atenderiam aos interesses a que se propunha. A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Estado do Paraná levou um tremendo prejuízo, pois a obra gastou alguns milhões de cruzeiros e agora o prédio deverá ser demolido para ser construído outro no local, dentro das especificações de um projeto que possa atender as necessidades do Forum da Comarca de Maringá.

O que nos causa preocupações e sobre isto temos sido interpelados constantemente pela comunidade, é que até agora o prédio não foi demolido, tendo se passado já muito tempo da decisão sobre o assunto, e o local está servindo hoje, por incrível que pareça, como esconderijo de marginais, ponto de encontro de viciados em drogas e ponto de encontros amorosos suspeitos.

Convém observar ainda que a ADEAM — Associação de Defesa Ambiental de Maringá, tem se manifestado com energia contra o citado prédio, pois como observamos, o mesmo está construído e totalmente abandonado bem no centro da cidade, depondo, desta forma, contra a beleza de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a agilização dos trabalhos de asfaltamento da estrada PR-340, no trecho Tibagi - Castro.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, formulando solicitação no sentido de encarecer urgentes providências daquela Secretaria, visando o revestimento com cascalho das seguintes estradas, através da inclusão de Tibagi no PRÓ-SAFRA:

1. Estrada municipal PR-003, no trecho Tibagi - BR-376 (trecho de 35 km).
2. Estrada BR-153, no trecho Tibagi - BR-376, 45 km.
3. Estrada municipal OR-205, no trecho que liga a BR-153 ao Rio Tibagi.
4. Estrada OR-408, no trecho que liga a PR-441 a Morro Chato.
5. Estrada OR-409, no trecho Gaias a Campina Alta.

A solicitação que ora estamos apresentando, se reveste de mais alta significação para a laboriosa população de Tibagi e adjacências.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, em Brasília, pedindo seja autorizada a mistura de fubá no trigo,

para a fabricação de pão.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Tanto as indústrias moageiras de milho como as panificadoras e proprietários de confeitarias estão aguardando a autorização do governo para a mistura de fubá no pão de farinha de trigo. As vantagens da mistura estão principalmente no preço menor e no aumento do teor nutritivo, além da grande economia de divisas que o menor consumo de trigo viria representar para o País, que importa 70 por cento desse cereal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Léo de Almeida Neves, MD Presidente do Banestado, solicitando seja transformado em Agência o Posto de Serviços daquele estabelecimento localizado no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas, através das Secretarias das Finanças.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A distância da Agência ao Posto de Serviços de Ibema, é de aproximadamente 30 km, dificultando assim o transporte diário dos funcionários.

Em apenas três meses de funcionamento, ficou provado que as operações realizadas por aquela população já superaram o movimento econômico estimado, chegando-se assim à conclusão de que há necessidade da transformação pretendida.

Embora haja grande empenho e dedicação dos funcionários daquele posto, o atendimento àquela população deixa muito a desejar, já que são poucos os funcionários lotados no estabelecimento.

Muitas operações são dificultadas por dependerem do aval ou autorização da agência-sede.

A transformação daquele posto em agência, trará grandes benefícios àquela população e à classe empresarial, auxiliando ainda mais o desenvolvimento e o progresso do Distrito e região, bem como do próprio Banestado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de Ofício aos Excelentíssimos Srs. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, e Olivo Zanella, DD. Diretor-Geral do DER, solicitando estudos visando a construção do acostamento na PR-488, ligando Santa Helena a Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Sendo a PR-488 principal saída para as demais regiões do Estado e do País, é intenso o tráfego de veículos sobre aquela rodovia.

Sua construção foi feita sem acostamento e sua falta tem contribuído para um elevado número de acidentes, causando com isso grandes prejuízos de ordem econômica às vítimas e muitas vezes perda de vidas.

A referida construção facilitará o tráfego, pois na eventual falha mecânica dos veículos que transitam por aquela rodovia, haverá local para estacionarem, evitando assim o interrompimento do tráfego normal, facilitando também as ultrapassagens, quando os veículos de cargas poderão dar passagem aos mais leves, evitando desta forma prováveis acidentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de incluir, entre as estradas cuja conservação é feita pelo DER, as rodovias municipais EP-107 e EP-405, que ligam Campina da Lagoa a Altamira e Campina da Lagoa a Braganey, respectivamente.

Ratificando pedido já formulado pelo ilustre Prefeito de Campina da Lagoa, Dr. Jpoquim Antônio de Lima, tal medida se justifica tendo em vista que as citadas rodovias serem intermunicipais, de interesse de vários municípios e atenderem simultaneamente os Distritos de Sales de Oliveira, e Bela Vista do Piquiri, ambos situados em regiões altamente produtivas e de pequenas propriedades rurais.

Saliente-se que o Município de Campina da Lagoa encontra-se impossibilitado de manter essas rodovias em condições satisfatórias de tráfego, dado o grande número de estradas que pesam sobre o município sua manutenção e os poucos recursos financeiros de que dispõe.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam feitas reformas nas pontes abaladas em virtude das últimas chuvas, bem como feitos reparos nas estradas vicinais do Município de Peabiru.

Atendendo solicitação do ilustre prefeito de Peabiru, tal medida visa efetuar reformas nas estradas vicinais daquele município que se tornaram intransitáveis em virtude das últimas chuvas que caíram sobre todo o Paraná, além de muitas pontes que rodaram, estando o município sem condições de efetuar os reparos com recursos próprios.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido da reconstrução de cem metros de muro e calçada, na Escola Estadual Monteiro Lobato, Ensino de 1.º Grau, no Município de Sertãoópolis.

Atendendo solicitação do Sr. Gustavo Ribeiro da Silva - Inspetor Auxiliar de Ensino da 20.ª I.R.E., tal medida visa evitar maiores danos àquela escola, cujo muro teve seu desmoronamento causado pela ausência de calçada, em virtude das chuvas que desabaram sobre o município.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que se reiniciem as obras da PR-546, que ligará Itambé a Bom Sucesso, já paralisadas há mais de 8 meses.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A PR-546, que ligará Itambé a Bom Sucesso, é uma rodovia importante para o escoamento da safra agrícola da região, com destino ao Porto de Paranaguá.

Paralisada há mais de oito meses por falta de firma empreiteira que abandonou a obra, necessário se faz indicação de nova empreiteira e agilização das obras dessa rodovia.

À guisa de informação e sugestão, a firma empreiteira ESUSA — Empresa de Engenharia e Construções, que já realiza outra obra na região, poderá, sem maiores gastos de infraestrutura de deslocamento para a região, e conseqüentemente, sem maiores custos para os cofres públicos, ser contratada para o término da obra citada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após manifestação do Plenário, seja endereçado expediente à Secretaria de Cultura e Fundação Teatro Guaíra, para que promovam espetáculos teatrais também acessíveis ao grande público, tendo em vista que os atuais preços são impeditivos às camadas populares, em especial aos estudantes.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

"As fantásticas dimensões do Teatro Guaíra, um dos maiores do mundo, possibilitam a promoção de espetáculos teatrais de fácil aceso as camadas populares, face à viabilidade de cobertura das despesas. Todavia, e infelizmente, isso não vem ocorrendo. Uma faixa de elite, reduzida aos que podem pagar preços altíssimos são os privilegiados de assistirem espetáculos onde camadas populares estão impedidas. Preços que atingem um quinto do salário mínimo, efetivamente, significam proibição ao povo em geral e à massa de assalariados.

Data vênica, tal orientação foge aos princípios orientadores do próprio teatro preconizado pelos grandes teatrólogos da história e contemporâneos. Teatro é a participação de todas as camadas sociais e não diversão de elite. Objetiva a arte teatral, através da encenação de textos com motivos eminentemente sociais, despertar no expectador, as contradições e regras sociais do mundo onde se vive, a fim de estimulado pela possibilidade de assimilar os ensinamentos exemplificativos de vivência, possa cada um tentar a transformação do mundo em que vivemos. Que cada expectador se encontre no personagem, acreditamos que seja o objetivo da arte teatral. Ora, reduzir esta verdadeira escola social e política a uma elite, quando o teatro é público, é fugir à finalidade do Estado, que considera a todos no mesmo nível.

Nem se alegue também que a arte não deve ser popularizada, que o teatro de massa seja deturpação da arte cênica, pois o que se deseja tão somente é que também as massas trabalhadoras tenham acesso ao teatro com a promoção de espetáculos populares. Finalmente, a classe estudantil, que com maior assiduidade vai ao teatro, a continuar nestas condições, também estará proibida de teatro, pois, como afirmamos, hoje no Guairã os espetáculos são acessíveis apenas aos privilegiados pelo poder econômico" - Deputado Nilso Sguarezzi, em 06/10/75".

Retificando as razões expostas pelo Líder Deputado Nilso Sguarezzi e a propósito de recentes espetáculos no Teatro Guaíra, onde o preço dos ingressos, além de marginalizar os estudantes e a população de mais baixa renda, foram extorsivos e como ao nosso tempo não logramos êxito nesta popularização de preços, achamos oportuno voltar ao assunto, para que se encontre uma solução.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de envidar esforços para doação de uma ambulância para o Município de Nova Cantu.

Atendendo um pedido conjunto feito pelos Srs. Walmick Pereira, Prefeito daquele município, Ruy Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e do Sr. Rosendo Lopes Pena, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, tal medida se justifica, dadas as freqüentes ocorrências de doenças mais crônicas como a tuberculose, o mal hanseniano, o câncer e demais casos de emergência.

Acrescente-se o fato de não existir nenhuma ambulância no município para o transporte de doentes, nos casos de emergência que se fizerem necessários.

Sendo a saúde um bem inestimável, cremos na sensibilidade do nobre Secretário, visando atender ao que ora postulamos.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, transcrição nos Anais da Casa do Protesto dos Parlamentares do Congresso Nacional, que estavam em vigília pela presença no Brasil, da Delegação do Fundo Monetário Internacional - FMI.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pela inauguração do "Jornal do Estado", de responsabilidade do jornalista Roberto Barroso Filho, ocorrido no último dia 17 do corrente mês.

Disse o jornalista em seu discurso, na inauguração da preocupação do Jornal do Estado, na defesa da liberdade de expressão e dos interesses do Estado do Paraná.

Transcrevemos o artigo "PORQUE JORNAL DO ESTADO", para que conste dos Anais desta Casa e que expressa a maneira de atuação deste prestigioso jornal que estará sempre a favor da liberdade e da democracia. (Anexo).

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembléia Legislativa, um voto de congratulações pelo lançamento na última sexta-feira, do Jornal do Estado, dando-se ciência deste requerimento ao Ilustríssimo Sr. Dr. Roberto Barroso Filho, DD. Diretor Presidente da Editora Jornal do Estado Ltda.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa de dotar o Paraná de mais um veículo de comunicação social, merece o nosso apoio e nossas congratulações, especialmente em se tratando de um órgão de imprensa independente, com o objetivo de divulgar, acima de tudo, a verdade.

Assim, ao cumprimentarmos o jornalista Roberto Barroso Filho e toda sua bem escolhida equipe, pelo lançamento do "Jornal do Estado", queremos expressar nossos votos de pleno êxito ao empreendimento, com o nosso desejo de que continue sendo sempre o porta-voz dos legítimos interesses da comunidade curitibana e paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 85/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA — S.O.S., com sede e foro no Município de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública foi fundada há mais de 10 anos e desde então vem realizando aquilo que bem determina em seu Estatuto, ou seja, o de prestar assistência econômica, social, moral, cultural, recreativa e física às pessoas menos favorecidas.

A documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos da Lei número 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dão normas para que uma entidade seja declarada de utilidade pública.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa, o apoio para o presente plano de lei e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 86/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O solo agrícola é patrimônio nacional e, por consequência, cabe ao Estado preservá-lo, exercendo-se nele o direito de propriedade ou a posse temporária, com as limitações estabelecidas neste código de uso do solo agrícola, para o Estado do Paraná.

§ 1.º — Considera-se solo agrícola, para os efeitos desta lei, aquele cuja aptidão e destinação for exclusivamente de exploração agro-silvo-pastoril.

§ 2.º — As ações ou omissões contrárias às disposições desta lei, na utilização e exploração do solo agrícola são consideradas nocivas aos interesses do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A utilização do solo agrícola somente será permitida mediante um planejamento, segundo a sua capaci-

dade de uso, através do emprego de tecnologia adequada.

Parágrafo único. A aplicação do disposto neste artigo deverá ser gradativa, estabelecendo-se áreas prioritárias.

Art. 3.º — O planejamento de uso adequado do solo agrícola deverá ser feito independentemente de divisas ou limite de propriedade, quando de interesse público.

§ 1.º — Entende-se por uso adequado a adoção de um conjunto de práticas e procedimentos que visem a conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo a função sócio-econômica da propriedade.

§ 2.º — O conjunto de práticas e procedimentos serão definidas a nível estadual, com a participação federal ou municipal; em função do desenvolvimento e execução das áreas prioritárias e revistos periodicamente.

Art. 4.º — Consideram-se de interesse público, enquanto da exploração do solo agrícola, todas as medidas que visem:

- a) Controlar a erosão em todas as suas formas;
- b) Sustar processos de desertificação;
- c) fixar dunas;
- d) evitar a prática de queimadas em áreas de solo agrícola, a não ser em casos especiais ditados pelo poder público competente;
- e) Recuperar, manter e melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo agrícola;
- f) Evitar assoreamento de cursos d'água e bacias de acumulação;
- g) Adequar a locação, construção e manutenção de canais de irrigação e de estradas em geral aos princípios conservacionistas;
- h) Evitar o desmatamento das áreas impróprias para a agricultura (preservação permanente) e promover o reflorestamento nessas áreas caso já desmatadas.

Art. 5.º — Na distribuição de lotes destinados ao uso agro-silvo-pastoril, em planos de colonização e/ou Reforma Agrária, deverá ser obedecido um planejamento de uso adequado do solo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. A divisão de lotes, não deverá ser feita em forma geométrica previamente definida, e sim, de forma a permitir o adequado manejo das águas de escoamento, visando a implantação de um plano integrado de conservação de solo, a nível de bacias hidrográficas, pequenas, médias ou grandes.

Art. 6.º — Ao poder público estadual compete:

- a) Ditar a política de uso racional do solo agrícola;
- b) Prover de meios e recursos necessários aos órgãos e entidades competentes a desenvolver a política de uso adequado do solo agrícola;
- c) Fiscalizar e fazer cumprir as disposições da presente lei;
- d) Disciplinar a ocupação e uso do solo agrícola, de acordo com sua vocação;
- e) Adotar e difundir métodos tecnológicos, que visem o melhor aproveitamento do solo agrícola e o aumento da produtividade;
- f) Exigir planos técnicos de conservação do solo e da água, em programas governamentais ou da iniciativa privada, de desenvolvimento do meio rural;
- g) Avaliar a eficiência agrônômica e recomendar pesquisas e utilização de máquinas e implementos adequados ao bom uso e manejo do solo agrícola;
- h) Disciplinar a utilização de quaisquer produtos que possam prejudicar as características químicas, físicas ou biológicas do solo agrícola;
- i) Co-participar com o governo federal de ações que venham de encontro com a política agrícola estadual.

Art. 7.^o — Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização do solo agrícola, o poder público estadual ou municipal, poderá preconizar outras normas recomendadas pela técnica e que atendam às peculiaridades locais, também relacionadas com os problemas de erosão urbana.

Art. 8.^o — O poder público estadual ou municipal deverá promover a recuperação das áreas em processo de desertificação e degradação, sem desapropriá-las, se esta iniciativa não partir do proprietário.

§ 1.^o — As áreas onde este tratamento for efetivado serão oneradas das despesas decorrentes da recuperação ficando o proprietário obrigado a ressarcí-las num prazo de cinco anos;

§ 2.^o — No caso da área recuperada não apresentar condições de aproveitamento será considerada como área de preservação permanente nos termos da Lei 4771, devendo ser gravada sua perpetuidade, sem ônus para o proprietário.

Art. 9.^o — Na construção e manutenção de estradas, tanto os taludes como as áreas marginais, decapitadas ou não, deverão receber tratamentos conservacionistas adequados, a fim de evitar a erosão e suas conseqüências.

Art. 10 — As propriedades rurais que necessitem conduzir águas de escoamento para seus escoadouros naturais, poderão adequadamente, atravessando outras propriedades, mediante acordo ou indenização da área ocupada.

§ 1.^o — Caso haja necessidade de indenização da área a ser ocupada pelos canais de escoamento, não havendo acordo de preços, deverá ser concedido o uso da benfeitoria, fixando a fixação de preço para decisão judicial.

Art. 11 — As entidades públicas e empresas privadas que utilizem o solo ou sub-solo em áreas rurais só poderão funcionar desde que evitem o prejuízo do solo agrícola por erosão, assoreamento, contaminação, rejeitos, depósitos e outros danos, sendo responsabilizadas pelos mesmos.

Art. 12 — O mau uso do solo atenta contra os interesses do Estado, exigindo a criação de serviços de orientação, fiscalização e repressão que permitam o controle integrado e efetivo de todos os recursos naturais renováveis.

Parágrafo único. A fiscalização e a aplicação do presente código pelos órgãos competentes, não exclui colaboração da iniciativa privada.

Art. 13 — Todas as práticas e procedimentos a serem utilizados no cumprimento deste código deverão, obedecendo o planejamento técnico, ter prioridades nas linhas de financiamento com recursos subsidiados para o meio rural, onde advenham em função de ação do poder público estadual.

Art. 14 — Nas áreas prioritárias, todos os projetos públicos aplicação de crédito rural ou outros investimentos dos recursos públicos somente poderão ser realizados e desfrutados por beneficiários comprovadamente observadores do que dispõe este código.

Art. 15 — Todos os órgãos de assistência técnica do poder público estadual ao meio rural, deverão ter em sua linha de trabalho a educação conservacionista.

Art. 16 — Os órgãos de pesquisa e instituições científicas oficiais, no âmbito estadual, terão licença permanente para coleta do material e para experimentação com qualquer tratamento de solo, bem como escavações para fins científicos.

Art. 17 — Dois anos depois de promulgada esta lei, a conservação do solo e dos recursos naturais deverão fazer parte obrigatória de todos os currículos das escolas estaduais, devendo os livros escolares a serem adotados possuir textos de educação conservacionista previamente aprovados pelas autoridades competentes.

Art. 18 — O não cumprimento do que estabelece este código poderá ser punido, de acordo com a sua gravidade, com

as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Suspensão do acesso aos benefícios dos programas de apoio ao poder público estadual;

c) Multas;

d) Desapropriação.

Art. 19 — As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

d) Diretores ou proprietários;

b) Arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, técnico responsável, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários de áreas agro-silvo-pastoris, que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) Autoridades que se omitirem ou facilitarem por consentimento na prática do ato;

Art. 20 — As contravenções ao disposto neste código, serão sempre seguidas da competente Ação Cível ou Penal, quando cabíveis.

Art. 21 — Esta lei será regulamentada dentro de 90 dias após sua aprovação.

Art. 22 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é um dos Estados brasileiros que mais contribui com a produção nacional.

Esta pujança no entanto vem de uma situação extremamente favorável, em realidade ao clima e ao solo. Esta situação favorável, aliada aos trabalhos dos paranaenses, gerou uma situação propícia para a produção agrícola.

Isto, no entanto, em contrapartida, trouxe problemas graves em relação ao nosso potencial de solo e a degradação dos recursos naturais renováveis.

Um Estado que em 1940 tinha mais de 80 por cento do seu território coberto de matas, não tem nos dias atuais mais que 5 por cento. A exploração desenfreada do nosso solo, fez que com tenham perdido, nos últimos 15 anos, mais de 15 centímetros de solo fértil, refletindo essa depauperação do solo em menores produtividades, assoreamentos dos rios e desequilíbrio ecológico.

A situação está em fase insustentável e tenderá a agravar-se mais com a continuidade de uma exploração agrícola sem um disciplinamento adequado.

Sabe-se que temos praticamente 20 por cento do território estadual em processo de desertificação. Urge, pois, a necessidade de um código de uso do solo agrícola.

Muito se tem discutido sobre o tema. A federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, acolhendo proposição do Engenheiro Agrônomo Loreno Cavolo da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul e da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, constituiu uma comissão especial para estudar proposições para um Código de Uso do Solo Agrícola.

Como resultados destes estudos e diante da situação aflitiva por que se encontra nosso Estado na falta de instrumentos que permitam a disciplina no uso de um dos solos mais férteis do mundo, estamos apresentando este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a visita do Deputado Federal José Tavares da Silva, que se encontra neste plenário e também do Vereador de Mamborê, Hilário Giroider.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

No último dia 17, o Paraná deu a todo Brasil uma mostra da verdadeira democracia. Dentro do espírito do Governo José Richa, toda a comunidade pôde participar da eleição de escolha dos diretores das três mil e duzentas escolas estaduais do Paraná.

Segundo palavras da Secretária Gilda Poli, começamos a derrubar os "muros" até então indevassáveis que cercavam as escolas, impedindo que a participação comunitária atingisse cifras pelo menos razoáveis. Segundo a Secretária, esses pais, que compareceram em massa às urnas no dia 17, terão ao longo da vida escolar que tratar de numerosas questões que serão propostas pela Secretaria da Educação. Assim, aos poucos eles serão introduzidos no espaço da escola, decidindo, debatendo e assumindo o papel que devem ter. Cremos que a lição do Paraná será transportada para todos os Estados da Federação que de há muito espera por uma verdadeira democracia.

Entretanto, queremos daqui, desta tribuna, fazer um apelo a ilustre Secretária para que, não deixando de lado os critérios curriculares e o plano de trabalho de cada professor votado nesta eleição, seja dado prioridade ao mais votado, pois cremos ser esse o melhor critério para premiar aqueles que foram sufragados na urna por pais, alunos, funcionários e professores. Assim procedendo, estaremos dando uma demonstração de respeito e acatamento das decisões populares.

Somos de opinião que, se pais, alunos, funcionários internos e professores acharam por bem sufragar determinado nome para ocupar a direção da escola, tal nome, observado os critérios já enumerados em curriculum, que o programa de trabalho seja mantido, pois somente quem convive de perto com os líderes de sua comunidade tem, efetivamente, condições de determinar quem melhor tem condições de ocupar este ou aquele cargo.

Estamos enviando, nesta data, telex ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado José Richa, bem como à Professora Gilda Poli, Secretária da Educação, no sentido de que sejam nomeados diretores os professores e professoras que tiveram os seus nomes escolhidos por maioria de votantes.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sinto-me na obrigação de fazer tal reivindicação não só como Parlamentar, mas como Professor e membro da Comissão de Educação desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, quero parabenizar-me com os nobres Srs. Deputados integrantes da Bancada do PMDB nesta Casa, pela sensibilidade com que houve o Sr. Governador do Estado em atender uma das reivindicações mais justas que fazia o funcionalismo público há tantos e tantos anos.

Nós, da Bancada do PDS, Sr. Presidente, Srs. Deputados, confessamos que lutamos muito. A bancada do nosso partido, na Legislatura anterior e no Governo anterior, e a Casa, os Anais também podem testemunhar estas minhas afirmações, muitas e muitas vezes encaminhamos manifestação unânime da bancada, ao então Governador Ney Braga, pedindo a implantação da semestralidade e do décimo-terceiro salário.

Porque nunca pudemos aceitar que o Governo, obrigando a iniciativa privada ao pagamento do décimo-terceiro salário, determinando a semestralidade na majoração salarial, não agisse da mesma forma com os seus funcionários.

Lamentavelmente a nossa bancada não logrou êxito. Ontem vimos o Governador José Richa, numa medida muito humana, atender esta reivindicação, das mais justas, que fazia o funcionalismo público há muito tempo ao Governo do Estado.

No mesmo instante em que cumprimentamos a Bancada do PMDB, queremos estranhar também que dois dos Srs. Deputados do PMDB, que criticaram violentamente a administração do BANESTADO do Governo anterior por haver concedido empréstimos ao Grupo Atalla de Porecatu, e os ataques que estes dois Deputados faziam eram os mais virulentos possíveis. Chegavam até a baixar o tom do debate e às vezes chegando quase que a usar palavras de baixo calão para classificar a diretoria do BANESTADO que havia concedido empréstimo ao grupo Atalla. Agora, segundo estou informando, o BANESTADO a esta mesma indústria, a este mesmo grupo, descontou trezentos milhões de duplicatas frias, porque a safra ainda não iniciou. E a Usina de Porecatu não tem estoque, como a Comissão que lá esteve teve oportunidade de verificar. Então que duplicatas são estas descontadas pelo BANESTADO, na ordem de trezentos milhões de cruzeiros?

Nós só podemos deduzir que são duplicatas frias, para justificar a operação. Não condeno de todo o Governo do Estado, porque o nosso Governo fez o mesmo, coisa do passado. Porque a função do Governo é atender os diversos segmentos da sociedade. E nós sabemos o caos social que impera hoje em Porecatu, dado o atraso de pagamento aos funcionários, aos operários da Usina de Porecatu. Acho que o Governo agiu certo. O Governo é exatamente para isso. É para acudir a indústria, o comércio, aqueles segmentos que geram realmente emprego nas horas da crise, nas horas da dificuldade. Agora o que nós condenamos, foi exatamente o comportamento com que se houveram esses dois novos Deputados do PMDB nesta Casa. Bem dizem que a língua é o chicote; eu não posso dizer do que, mas todos sabem. E agora, esses dois Deputados foram chicoteados, pela própria língua.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carneiro, terceiro orador inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Faço uso desta hora regimental para registrar, nos Anais desta Casa, o acontecimento de domingo.

Que mostrou ao Paraná como se escreve e como se pratica a palavra democracia.

Quando o PDS, num concenso geral, votou a chapa do seu Diretório.

Chapa esta composta de homens despretenciosos e que realmente saberão capitanear a nau que nos levará a um porto seguro.

Para que volte a reinar, no Paraná, um clima de paz e concórdia, sem perseguições e revanchismo que a nada conduzem e nada constroem, mas que servem para implantar no seio da família paranaense, a incerteza e a insegurança. Abalando esta família tão carente e esperançosa de melhores dias.

A Convenção do PDS, acontecida no dia 19 do corrente, que contou com a maioria dos convencionais, além de agregar as forças dispersas das nossas verdadeiras lideranças, serviu, também, para alimentar os ânimos dos nossos correlegionários; numa verdadeira demonstração de que, perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra.

Mostrou, também, que a verdadeira virtude de um homem

ou de um grupo de homens não está em nunca ter caído, mas sim, em depois da queda, saber se levantar e fazer ver a todos os que os viram cair, de que com dignidade, sem sofismas e sem promessas escabrosas, pode-se reconquistar a confiança popular.

Domingo, neste Plenário, que para nós foi uma verdadeira escola política, pudemos sentir exemplos, que indelevelmente incorporamos a nossa conduta política."

Pois vimos provas de humildade, provas de renúncias, sem rancor. Provas de luta aguerrida na conquista de ideais mais elevados. Demonstração de lealdade e amor à causa abraçada.

Tudo, numa demonstração cabal de perfeita harmonia no interesse maior do partido.

Pudemos ouvir os mais inflamados discursos. Verdadeiras peças de verbosidade, contendo em suas entrelinhas uma grande preocupação com os destinos de nossa gente e do nosso Estado.

A única coisa que não campeou nossa convenção foi a demagogia, a farsa, a promessa descabida. Palavras que o Paraná, neste Governo, começou a escrever.

Palavras, que antes eram apenas "virtudes", dos politiquinhos, que queriam atingir o poder.

Mas que agora foi oficializada, e é bom que se diga, por decreto, também nas nossas escolas, atingindo nossas famílias e nossos jovens, ainda em formação. O que me parece, que por um apelo, quem sabe nós devemos voltar a aplaudir se for considerada eleição.

Como soldado do partido, como político militante e como paranaense, nato que somos, devemos confessar que domingo foi para nós, um dia de muita alegria.

Pudemos rever nossos amigos, todos com acirrado ânimo e demonstrando que, mesmo na oposição é possível servir nosso Estado e a nossa tão sofrida gente.

Moções de grande valia e de excelente conteúdo foram apresentadas e aprovadas por unanimidade, e o partido demonstrou mais uma vez que pretende firmar cada vez mais o seu compromisso, o compromisso com o futuro de nossa terra.

Acreditamos no nosso partido, acreditamos no nosso trabalho honesto e sincero de todos os seus membros, líderes que não se abatem na primeira batalha.

Com o esforço de todos, estaremos rumando para o futuro brilhante que nos está reservado. E, ainda que em águas procelosas, como disse o nosso novo Presidente, haveremos de devolver ao Paraná, em tempo oportuno, os seus melhores dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu França, quarto orador inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Você que sofre na fila para ser atendido e sente os problemas da má assistência, precisa saber que do outro lado existem funcionários sendo explorados, sobrecarregados e angustiados, por isso pedimos à população a máxima compreensão e apoio à nossa luta". É desta forma que se manifestou a Comissão Estadual de Mobilização dos Servidores da Previdência Social do Paraná. E o que estão pedindo estes trabalhadores em greve? Nada mais, a não ser uma resposta coerente aos seus anseios funcionais mais elementares. Clamam com inteira justiça por reposição salarial a partir de maio de 83, pois que à mercê do achatamento salarial, no meio deles existem milhares de trabalhadores como os auxiliares de produção e agentes de portaria que em seus últimos vencimentos, os de maio deste ano, ainda receberam a quantia de Cr\$ 30.105,00, deixando, portanto o Governo Federal de cumprir, com relação a estes trabalhadores, até mesmo o salário mínimo por ele decretado

como obrigação ínfima de qualquer empregador com relação a seu empregado. Aberrações salariais como estas, Senhores Deputados, somente se viabilizam pela cegueira de um Governo que pactuou com toda sorte de entreguismos e desmandos administrativos responsáveis pelo caos inflacionário em que vivemos. A propósito, a inflação é sempre invocada pela Presidência da República para tentar defender o indefensável: a desastrosa política econômico-financeira com que tem massacrado os sonhos de vida e liberdade dos milhões de obreiros semi-escravos que se consomem no trabalho árduo, mas reconhecido com salário vil. Para o Governo Federal, inflação é a palavra do momento e em volta da qual tudo se programa. A inflação sangra os cofres do Governo, mas na ótica federal não sangra a mesa de seus servidores públicos, pois que, lhes nega até mesmo o direito ao reajuste salarial semestral e o décimo terceiro salário. E o que é mais grave, Senhores Deputados, é que através do Ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão, o Presidente biônico João Baptista Figueiredo responde apenas com advertências ou ameaças de punição à classe dos servidores públicos federais civis do Paraná, sem até mesmo se aperceber que punição maior estes trabalhadores já sofreram, quando se viram despojados de certos direitos mínimos que a própria legislação trabalhista federal assegura a qualquer empregado.

Os trabalhadores em greve clamam por reconhecimento aos seus direitos mais elementares, e obtêm como resposta a indiferença de um Governo que se nega ao mais elementar diálogo. Pedem o direito à sindicalização e o Presidente biônico acena-lhes com a demissão. Clamam pelo envio de novo Estatuto ao Congresso, e obtêm como eco apenas o surdo rótulo do "você também poderá ser egresso".

Senhores Deputados, pedir o décimo-terceiro salário passou a ter sabor de castigo. Aliás, os donos do planalto entendem que já é demais até mesmo OUVIR os servidores em greve. Querem os grevistas que o Governo ouça, e se revelam capazes de compreender à base do diálogo até mesmo as limitações de um plano de atendimento. E mesmo assim o Governo Federal faz-se de surdo ante o justo clamor de quem pretende apenas sobreviver à mercê de justos salários. Pretendem os servidores públicos federais civis o direito de sentar-se à mesa para debater com o Governo Federal a solução para seus males e o tacho da ditadura militar recusa-se à negociação. Afirmam os donos do Planalto que recursos não existem para o salário justo aos funcionários, inexistindo portanto razões para o diálogo. Escondem-se no âmago da cumplicidade com a vileza, ocultam-se nas sombras da covardia centrada no pedestal do autoritarismo, de cujo limiar no máximo acenam com promessas de castigo, represálias ou demissões. Fogem ao diálogo, pois que lhes devem estar vivas na memória as manobras orçamentárias através das quais se viabilizaram recursos da Previdência para obras faraônicas e arruinadas, mas que custaram pedaços de vida ao País como as inócuas usinas nucleares e a abortada rodovia Transamazônica.

"Não há o que negociar, porque recursos não existem para atender os servidores públicos federais". Com esta frase, o Ministério da Previdência não se isenta de suas responsabilidades. No máximo, demonstra que é antidemocrático e mau pagador. O devedor honesto sabe que é ato de molecagem a prática da fuga pura e simples para safar-se dos seus credores. Se é insolvente, ao menos busca redimir-se mediante o diálogo aberto e franco. E o que faz o Governo Federal como empregador, recusa-se a cumprir obrigações por ele mesmo criadas e das quais exige cumprimento pelos outros empregadores... os de menor porte. De sua parte, o Governo Federal deve aos seus funcionários e recusa-se a pagar. Pior que isto, é devedor desonesto, porque se faz titular da molecagem de pura e simplesmente fugir do diálogo com seus credores primários: os funcionários injustamente remunerados.

Abaixo as ameaças e os vilipêndios com que a ditadura mi-

lutarista do Planalto pretende sufocar a voz dos servidores públicos federais civis do Paraná, em greve solidária com as principais unidades da Federação. Que o administrador supremo dos interesses do FMI e das multinacionais neste país, o biônico Presidente João Figueiredo determine ao menos o diálogo com os servidores públicos federais em greve, ou então que sua memória política sejam amaldiçoada para sempre."

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior, quinto orador inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Durante a recém finda campanha política, uma frase tornou-se realmente notória. "Richa, ou fica como está".

Vai o Governador José Richa, vencedor das eleições de 15 de novembro, por uma margem extraordinária de votos, vai o Governador, vai o Governo do PMDB, mostrando efetivamente, que o povo do Paraná estava certo em mudar, para não deixar como estava.

E o Governador já encaminha para esta Casa, suas mensagens, seus projetos de lei, lei de reajuste, de semestralidade, do décimo-terceiro salário. Uma reivindicação das mais antigas do funcionalismo estadual, que tentou durante muitos anos de governo de PDS e que não conseguiu e que apenas em três meses de governo do PMDB, conquista este benefício enaltecido até por eminentes e ilustres companheiros da Bancada do PDS.

Mas, falaremos deste assunto em outra oportunidade com mais tempo, evidentemente, na discussão da matéria. Mas, valeu efetivamente, aquela frase "Richa, ou fica como está".

Felizmente o povo optou, Richa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na cidade de Maringá há algum tempo construiu-se um prédio que seria o fórum local, gastou-se milhões de cruzeiros, fez-se esta obra. Mas, uma obra toda errada que fugiu ao projeto e que teria até havido por parte de quem construiu, um desvio de dinheiro. Pelo menos é o comentário, deixei no condicional, porque, efetivamente, não temos a certeza deste desvio de dinheiro.

Os Senhores juízes e o Tribunal de Justiça do Paraná resolveram embargar a obra. A obra foi embargada, está embargada.

Vai ter que ser destruído este prédio. Totalmente destruído, para um novo prédio ser construído no local para funcionar de maneira condigna o Fórum da Comarca de Maringá.

Estamos apresentando um requerimento a esta Casa de Leis, pedindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, providências enérgicas e imediatas para derrubar realmente, se tem que ser derrubado aquele prédio horrível, construído no centro de Maringá, e que o novo prédio seja construído com a maior urgência possível porque, naquele local, a população de Maringá tem assistido, infelizmente, no prédio abandonado, onde funcionaria o Fórum, a população de Maringá tem assistido cenas realmente chocantes, ali funcionam encontros amorosos suspeitos, ali é um ninho de marginais, ali é o local, a própria polícia atesta é o encontro de viciados de drogas.

Ora, então vamos efetivamente derrubar esta obra que foi mal construída, não obstante do Governo do Estado do Paraná, os cofres do Estado do Paraná, tenham gasto uma verdadeira fábula naquela obra, mas é preciso que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determine a construção de um novo prédio imediatamente, é a reivindicação não só deste Deputado, mas sei dos demais Deputados de Maringá, da população de Maringá, do Sr. Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, da população de modo geral e da própria ABE de Maringá que tem apresentado as mais duras críticas contra aquele prédio, que deixa lamentavelmente feia a cidade de Maringá, naquele

setor, justamente a cidade de Maringá que tem a fama de ser uma das mais belas e que é uma das mais belas cidades do Estado do Paraná.

Fique pois, não só o nosso requerimento, mas o nosso pronunciamento e o nosso posicionamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que providências imediatas sejam tomadas para que a população de Maringá possa receber uma satisfação e ela está realmente a merecer esta satisfação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa, sexto orador inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná deu efetivamente uma demonstração de democracia, na última sexta-feira, quando se desenrolaram as eleições destinadas à escolha das listas tríplices, em todas as escolas do Paraná.

Trago a esta Casa o testemunho daquilo que ocorreu em Ponta Grossa. Graças à atuação dinâmica e democrática do professor e inspetor Reinaldo Ambas, não se registrou um incidente qualquer, e o afluxo dos eleitores: professores, funcionários e alunos e pais de alunos, foi altamente significativo.

É interessante, destacar que, muita gente oriunda do regime ditatorial que mandou nesse País e ainda manda na esfera federal, tem o péssimo costume de afirmar que o povo não sabe votar.

É interessante analisar que nas 21 escolas estaduais de Ponta Grossa, o que ocorreu, quase sem exceção, em cada escola, a população livremente, sem pressão política, via de regra, escolheu três bons professores para integrarem a lista.

Tão certas foram as escolhas, que não haverá dificuldade para a Secretaria da Educação proceder agora a modificação, daquele ou daquela que será o diretor ou diretora da Escola.

O povo, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, sabe votar, mas é preciso que deixem o povo fazê-lo, porque no momento em que o povo puder escolher os prefeitos das Capitais e o Presidente da República, tenho certeza de que a escolha será muito melhor do que aquelas feitas pelos meios indiretos e ditatoriais. Abram ao povo a oportunidade de decidir e ele fará, como fez na última sexta-feira, escolhendo sempre o melhor e fazendo questão de participar.

Sr. Presidente, nobres Deputados, quero, desta tribuna, também registrar e cumprimentar o Governador José Richa. Cumprindo as promessas do nosso partido, as linhas básicas da nossa campanha eleitoral, ele democratizou a escolha dos diretores de escola e agora vem, conceder a semestralidade ao funcionalismo público estadual, o décimo-terceiro e o aumento a vigorar a partir de 1.º de julho.

Acho até que a nobre Bancada do PDS, estava a cobrar antecipadamente, como hoje está tentando cobrar. Com 90 dias de governo, na faixa do funcionalismo público estadual, o nosso governo cumpre as promessas.

Assisti a uma entrevista do Deputado Airton Cordeiro, na televisão, onde ele dizia da sua preocupação, porque o Governo José Richa ainda não repôs o salário defasado do funcionalismo público. Dizia ele que, a cada aumento semestral, o Governo Richa terá que dar, além do aumento normal, mais vinte por cento para repor aquilo que foi retirado do funcionalismo público. E eu pergunto: quem retirou do funcionalismo público? Quem defasou o salário do funcionalismo público? Será o PMDB que está há 90 dias no poder? Não foram os governos da ARENA e do PDS, que a cada aumento salarial achatava o salário do funcionalismo público estadual? Mas pode o funcionalismo público e a Bancada do PDS estarem

certos que, mais essa injustiça será reparada pelo Governo de José Richa. Tenham certeza os nobres Deputados do PDS e o nobre Deputado Airton Cordeiro, que aquilo que foi tirado, aquilo que foi esbulhado do funcionalismo público, será novamente recolocado, de tal modo, que ao final deste governo, cada um estará ganhando aquilo que deveria durante esses últimos anos. Essa é a democracia participativa e o Governo de José Richa. Tudo será reposto e o funcionalismo público não mais será esbulhado.

Muito obrigado, nobre Presidente e Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vários assuntos trazem-me à tribuna, nesta tarde. Em primeiro lugar, quero associar-me às alegrias dos nobres Parlamentares do PDS. Alegrias essas que foram aqui explicitadas, desta tribuna, em relação à realização da Convenção Regional do Partido de Oposição ao Governo do Estado. Quero dizer, nesse sentido, que o PMDB também realizará as suas convenções. Só que, ao contrário do PDS, irá realizar as convenções primeiro a nível municipal, e em Curitiba a nível zonal, para escolher os respectivos diretórios nas bases, e os respectivos delegados à Convenção Regional. As nossas convenções regionais e zonais se realizarão no dia 03 de julho próximo, e a Convenção Regional, em novembro deste ano, restabelecendo, portanto, o poder partidário a partir das bases municipais. Em todo caso fica aqui o meu reconhecimento pelo júbilo do PDS, em realizar sua Convenção Regional. Mas o júbilo que neste domingo nós presenciamos, não foi limitado apenas à grei partidária do PDS. O júbilo foi da sociedade inteira, do Paraná inteiro, e isso porque nesse domingo o Governo do Paraná, o Governador José Richa, cumpriu, ou iniciou a cumprir uma das suas diretrizes governamentais, que é a democratização do poder.

Realizamos no Paraná, no sistema estadual de ensino, um processo eleitoral que evidentemente, como já tive oportunidade de aqui anunciar desta tribuna, um processo educativo que vai fazer com que toda a comunidade paranaense participe do processo educacional, contribuindo para que esse processo, cada vez mais, cumpra com a sua verdadeira função, com o seu verdadeiro papel, que é de formar o educando para ser sujeito do processo histórico, e não como é até hoje, produto e objeto deste mesmo processo.

E, por isso, antes de dar aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana, quero afirmar que a sociedade paranaense como um todo, jubilosa, acompanhou o processo eleitoral no qual houve, é evidente, distorções, irregularidades até, mas distorções e irregularidades que no decorrer do processo, serão sanadas para benefício da coletividade paranaense, e para melhoria do processo educacional em nosso Estado. É o povo participando, agora, no processo eleitoral, que vai conduzir a educação do povo no sentido de compreender a necessidade de participação na discussão do próprio processo educacional.

Dou aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado Adhail, quero me congratular especialmente com esta intervenção de Vossa Excelência, no que diz respeito às eleições realizadas no domingo. Tive oportunidade de acompanhar, na minha região, o processo eleitoral.

Sensibilizou-me ver a comunidade envolvida na escolha de um diretor de escola. Sensibilizou-me profundamente, ver estudantes, professores, serventes, funcionários, pais, discutindo o problema escolar, sentindo que a escola pertence à comunidade inteira; que a educação é uma responsabilidade de todos; e sentir alunos cuidando da própria eleição, num processo

dinâmico e extraordinário de participação popular nas decisões das coisas que lhes dizem respeito. Acho que o Paraná ganhou muito, que o ensino paranaense ganhou bastante. Acho que escolaridade, simplesmente, frequência no banco escolar não é tudo o que se quer da educação e da formação do jovem. Creio que em cima de tantas contradições e de tantos descrentes, o amanhã vai nos mostrar que esta experiência, pioneira no Paraná, nos trará grandes frutos em favor da educação.

Quero me reportar a esta notícia do "Jornal do Estado" que nos diz: "A Secretária Gilda Poli vai transmitir a experiência das eleições à Comissão de Educação do Senado Federal, em debate marcado para as 10:00 horas de quinta-feira, em Brasília".

Veja, Deputado Adhail, o Paraná, acéfalo, o Paraná morto, o Paraná sem expressão nacional, através de medidas corajosas, começa a ditar normas de procedimento dentro desta Nação.

Sinto-me envaidecido como paranaense, de ver o nosso Estado ir à Comissão de Educação do Congresso Nacional, do Senado Federal, para lá transmitir a experiência que nós aqui fizemos.

Neste espírito de participação comunitária, tenho certeza de que o Brasil inteiro haverá de ver no Paraná, a tentativa de acertar, junto com a comunidade, na escolha de seus caminhos.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. É o Paraná novo, são os novos tempos do Paraná: democratização do Poder em todos os sentidos. Esta Casa já tem dado demonstrações disto, como é, de resto, para exemplificar, o evento de ontem, nesta Casa, em que o povo aqui compareceu, para discutir o problema das enchentes.

Mas, Sr. Presidente, no que se refere a este aspecto jubiloso das eleições nas escolas do sistema estadual de ensino, quero aqui declarar alto e em bom som, que a minha posição é pela escolha do mais votado para ser nomeado como diretor da escola. Esta é a minha posição pessoal, e espero que esta lista tríplice venha estabelecer um encaminhamento adequado para sairmos de uma situação em que o diretor da escola era uma pessoa nomeada de forma impositiva e coercitiva, para um processo eminentemente democrático. Mas, eleita a lista tríplice, eu pessoalmente, sou pela nomeação da pessoa, da professora ou professor eleito com o maior número de votos, porque, se distorções houveram — e por certo existiram — nós haveremos de corrigir com o decorrer do tempo, como já aqui afirmamos, em virtude de se tratar, o processo eleitoral nas escolas, de um processo educativo, e a educação não é um ato pronto e acabado que se impinge. A educação é um processo que tem um início, visando um determinado objetivo.

Mas, Sr. Presidente, o júbilo nosso prosseguiu no dia de ontem, porque nós tivemos a decisão governamental implantando a semestralidade, instituindo o décimo-terceiro salário para o funcionalismo público estadual. Essa era uma reivindicação antiga que constava, inclusive, das diretrizes de Governo, e em pouco mais de noventa dias de governo, essas duas reivindicações antigas do funcionalismo público estadual, o estatutário, vem a ser concretizada! Para gáudio de todos nós, que pregamos isto, insistentemente e que, no passado próximo não se viu concretizado, porque, a ação prática dos governos anteriores se distanciava sobremaneira daquilo que constituía o conjunto dos anseios da população, constituída pelos funcionários públicos estaduais, como de resto até, dos municipais e federais. E aqui cabe realçar a nossa posição de apoio à greve dos funcionários públicos federais, inclusive dos professores da Universidade Federal do Paraná, que estão na luta para conseguir o décimo-terceiro salário, e a semestralidade que, a partir de agora, o servidor público estadual do Paraná tem!

Quanto à reposição salarial, eu faço minhas, as palavras do

orador que me antecedeu, porque, para que haja essa reposição, o servidor público estadual precisaria ter um reajuste de cerca de noventa a cem por cento. No entanto obteve um reajuste salarial de apenas trinta e cinco por cento, por razões de todos conhecida, inclusive das próprias entidades de classe do servidor público estadual, que conhecem as dificuldades financeiras do Governo do Estado, acrescidas ainda, em virtude das catástrofes das enchentes que assolaram o Paraná, no mês de maio, e que trouxeram para a economia paranaense e portanto para a arrecadação estadual, conseqüências maléficas que dificultaram, inclusive, o aceleramento para dar ao funcionalismo a reposição salarial que tanto precisa e espera.

Fica aqui o registro, e eu, antes de passar, Sr. Presidente, ao outro tema do meu pronunciamento, ainda dentro da área do júbilo que se apossa de mim, concederei um aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz. Aparte que havia sido solicitado.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, eu gostaria de, em nome do partido e do Governador José Richa, pedir desculpas ao povo do Paraná, porque não deu, até agora, para concretizar toda a linha de ação do governo com seus planos e suas propostas, e a gente então, pede, humildemente, desculpas ao povo do Paraná, porque são apenas noventa e seis dias de Governo.

No sábado, o Governo José Richa completa cem dias de Governo. Ainda não deu praticamente para fazer nada, a não ser eleições nas escolas, estabelecer o décimo-terceiro salário ao funcionalismo público, implantar a semestralidade etc.. Já existe o anteprojeto transformando o DETRAN em uma autarquia; pretende também colocar no mesmo nível, professores e alunos no Conselho Estadual de Educação; colocar um Coronel nos Quadros da P.M. no Comando da P.M. do Paraná; não deu para fazer muita coisa, pois são apenas noventa e seis dias. O povo que nos perdoe.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Nós sabemos que todos temos pressa, mas é engraçado que, num passado próximo, muitos que hoje estão com pressa, não souberam ou não puderam concretizar medidas que hoje estão defendendo.

Tem o aparte do Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Quero completar o tão curto espaço de tempo em que o nobre Deputado Fiori Luiz citou anteriormente, e as medidas que Vossa Excelência tem citado da tribuna, para acrescer mais uma: o Governador José Richa sancionou a Lei 7.714, que veio equiparar o vencimento dos inativos ao pessoal ativo da Polícia Militar do Estado.

Ao ato de assinatura compareceram dezoito coronéis, membros da Comissão de Reivindicação da P.M., liderada pelo Coronel Teodoro Arturo Stelli. Em nome da classe, ele agradeceu ao Governador a rapidez com que a lei foi sancionada, lembrando que esta foi uma luta de dez anos dos inativos, para obter a paridade. Noventa dias realmente foram poucos, mas serviram para a sanção desta lei, numa luta de dez anos dos inativos da Polícia Militar.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Embora o nosso Governo, o Governo José Richa seja acusado de imobilismo, em tão pouco tempo o que nós poderíamos classificar o pouco que se fez no passado próximo, que foi muito mais longo do que os noventa dias de Governo de José Richa. Imobilismo não podemos chamar. Hiperimobilismo. Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na sexta-feira passada, nós tivemos oportunidade de nos deslocar para São Paulo; eu, o Deputado Roberto Requião, o Secretário de Estado para Assuntos Comunitários, o Dr. Bonfim; os vereadores Marlene Zanin, José Felinto e alguns outros, para assistirmos, e isto também é um motivo de júbilo, uma reunião do Instituto Pedroso Horta, Diretoria Nacional, que é o órgão encarregado de proceder estudos de toda natureza e oferecer ao partido, o

PMDB, e os governos pemedebistas, proposta de solução a todos os problemas que afligem a nossa realidade nacional, estaduais e municipais. Nessa reunião em São Paulo, procurou-se debater o tema: "Emprego, salário e eleições diretas", e a abertura contou com a presença de cinco Governadores de Estado, inclusive com o Governador do Paraná, José Richa. Na fase de trabalhos, no sábado e no domingo, no edifício da Câmara Municipal de São Paulo, nós tivemos oportunidade de ouvir parlamentares, como o Deputado Federal Luiz Henrique, por Santa Catarina, que apresentou para estudo um projeto de lei definindo uma política salarial. Ouvimos também o professor universitário Carlos Lessa analisar a realidade crítica por que passa esse País, extraordinariamente recessiva essa realidade no campo da Economia, gerando uma gama de conseqüências das mais variadas; fundamentalmente a problemática do desemprego e propondo uma análise crítica ao "pacote econômico" recentemente lançado e violentando a consciência nacional. Mas também o professor Carlos Lessa, com a capacidade de síntese que lhe é peculiar, soube oferecer para os Governos Estaduais, e porque não dizer também para os Governos Municipais do nosso Partido, programas e sugestões a nível desses poderes extraordinariamente limitados, mas sempre com uma capacidade, por menor que seja de influenciar para corrigir esta grande distorção da realidade brasileira e paranaense, que é o elevado e gritante índice de desemprego porque aflige a economia brasileira e paranaense.

Ofereceu sugestões que, em outra oportunidade, por certo, desta tribuna, nós próprios e o Deputado Roberto Requião, haveremos aqui de apresentar e nos aprofundar, porque embora limitadas são as condições dos Governos Estaduais e Municipais, de contribuírem para eliminar a recessão que aflige esse País, por culpa e graça do Governo Federal, e dessa política suicida que se implanta no País, para favorecer os grupos internacionais, sob o comando do Fundo Monetário Internacional, num atentado à soberania nacional. Nós haveremos de oferecer de modo concreto, sugestões ao nosso Governo, que muito limitado no seu poder de decisão nesta área, há de contribuir, não de forma emergencial, porque já está fazendo, mas de modo concreto, para que se implante em nosso Estado as condições para diminuir, pelo menos diminuir o incremento, o ritmo de crescimento do desemprego que aflige a população trabalhadora.

As minhas palavras hoje, nesta tribuna, devem-se limitar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas com o registro de que o PMDB é um partido que tem oferecido à Nação Brasileira, programas e projetos para que se elimine da nossa realidade uma gama de distorções, não só no campo econômico, mas também no campo político, no campo educacional, e em todos os campos da realidade social.

O PMDB tem oferecido e tem demonstrado que está a ajudar o poder central, na correção das grandes e violentas distorções que afligem a realidade brasileira.

Não tem sido atendido na sua voz, na orientação que oferece ao Governo Central, mas continua estudando e oferecendo soluções das mais variadas.

Lá, naquele congresso sobre emprego, salário e eleições diretas, se examinou também o projeto-emergência do Senador Teotônio Vilela, que lá compareceu também. Defendeu o seu projeto-emergência, que procura fazer com que esta Nação saide quadro dívidas que o Governo tem para com a sua própria Nação: a dívida política, a dívida externa, a dívida interna e a dívida social. Para cada uma delas, Sua Excelência o Senador Teotônio Vilela, doente que está, atingido por uma doença extraordinariamente grave, mas que não o aflige, porque mais que o câncer que atenta contra o seu vigor físico, ele está numa luta por todo esse Brasil, contra o câncer que aflige a realidade brasileira, que é esse Governo voltado aos interesses que não são os mais legítimos da nacionalidade brasileira. Porque o Governo que detém cnetralizado o poder em suas mãos, está naturalmen-

te, sendo conduzido pelo Fundo Monetário Internacional, quando, na verdade, outro é o FMI que ele deveria atender. Este FMI Srs. Deputados, Sr. Presidente, é voltado ao fomento do mercado interno, para atender as necessidades mais prementes da população brasileira.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Adhail Sprenger Passos, Vossa Excelência acaba de relacionar as medidas seguras, contínuas e irreversíveis que o Governador José Richa tem tomado a favor do funcionalismo, do povo do Paraná e no cumprimento do nosso programa de governo. Relatou a preocupação do Partido e a sua atividade através da Fundação Pedrosa Horta, para dar respostas às grandes questões nacionais. Enquanto isso, como fica o Partido do Governo?

Teotônio Vilella tenta vencer um câncer físico e extirpar um câncer nacional. O Partido do Governo está sendo tomado, neste momento, por um outro câncer, que é o da corrupção, o qual inicia a sua metástase com a vitória avassaladora do maior corrupto que é o ex-Governador de São Paulo, Paulo Salin Maluf. Nem a autoridade do Presidente da República consegue conter essa metástase dentro do PDS.

Eu acredito Deputado Adhail Sprenger Passos, que a última esperança do Brasil, é que o Poder nacional seja entregue a esta frente de partido político, séria, conseqüente e responsável que é o PMDB. Para que cessando o pagamento da dívida externa, renegociando-a de forma vantajosa para o povo brasileiro, retomemos o desenvolvimento, e afastemos definitivamente a doença política do cenário nacional. Doença personalizada pelo vencedor da convenção do PDS em São Paulo, Paulo Salin Maluf, que para o nosso desgosto, encontra apoio mesmo dentro da Bancada do PDS nesta Assembléia.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte ao nobre Deputado e devo dizer, estimulado pelas palavras de Vossa Excelência, que feliz é a sociedade, feliz é a Nação que ainda tem condições para oferecer ao povo, a possibilidade de ter ainda esperança. Aliás, um documento que deveria ser mais divulgado e não tem sido, porque o PMDB é um partido de poucos recursos financeiros; um documento que deveria ser mais amplamente divulgado nas universidades, nas escolas, em todos os escaninhos da sociedade, é o documento "Mudança e Esperança"; um documento que, objetivamente, trata de forma aprofundada todos os problemas que afligem a realidade brasileira. Também documento este de iniciativa do Instituto Pedrosa Horta, Seção Nacional.

É um documento que leva esperança a todos os brasileiros. É um documento que trata, com carinho, todos os problemas que afligem a nossa realidade.

Antes de retomar a análise dos assuntos que tinha em mente, mas tendo em vista ainda o tempo que me resta... **O Sr. Tadeu França** — Permite-me um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Dedico este tempo aos apartes que me solicitaram. Primeiro ao Deputado Gilberto Carvalho, pedindo para ser rápido para que eu tenha a honra de ouvir também ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e gostaria de dizer que estou satisfeito quando Vossa Excelência faz menção ao trabalho do Governador José Richa, nestes 90 dias, que pode começar a cumprir as suas promessas, como por exemplo o décimo-terceiro salário.

Há poucos dias vimos com tristeza a notícia de que o Paraná estava insolvente, em situação de falência. Mas como o Governo já pôde dar o décimo-terceiro salário, é graças a maneira como ele recebeu a situação financeira do Estado, porque se não, não poderia, nestes noventa dias, ter dado este décimo-terceiro salário. Fico satisfeito dele ter cumprido, por-

que é justo, e a nossa bancada também lutou no passado e não conseguiu dar este décimo-terceiro salário. Mas cumprimentamos por poder ter dado este décimo-terceiro salário, e dizer que ficamos satisfeitos também, porque o Estado tem essas condições.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Respondo a Vossa Excelência com tranquilidade...

O Sr. Gilberto Carvalho — Só para encerrar...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Mas desejaria responder a este aspecto do vosso aparte.

Pediria esta permissão. O décimo-terceiro salário será dado no final deste ano, depois de ter preenchido o furo de oitenta bilhões de cruzeiros encontrado no orçamento de 1983. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Por doze minutos, a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Antes de cada entrada militar, os capitães de conquista deviam ler para os ÍNDIOS, sem intérprete mas diante de um escrivão público, um extenso e retórico REQUERIMENTO que os exortava a se converterem à Santa Fé Católica: "Se não o fizerdes, ou nisto puserdes maliciosamente dilação, certifico-vos que com a ajuda de Deus eu entrarei poderosamente contra vós e vos farei guerra por todas as partes e maneira que puder, e vos sujeitarem ao jugo e obediência da Igreja e de Sua Majestade e tomarei vossas mulheres e filhos e vos farei escravos, e como tais vos venderei, e disporei de vós como Sua Majestade mandar, e tomarei vossos bens e vos farei todos os males e danos que puder..."

Daniel Vidart, — 1968 na obra de Ideologia Y Realidad de América."

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somos um povo sem passado, sem história. O Brasil ainda não despertou para a sua realidade de País sem identidade cultural, e sequer se conscientizou o suficiente da necessidade de resgatar o pouco que resta de sua formação; não se conscientizou da necessidade de esboçar, ao menos, sua origem a origem do homem brasileiro.

Ao contrário, continuamos a exterminar a nossa fauna, a nossa flora, as nossas riquezas naturais, e o que é ainda muito mais grave, a dizimar o que sobrou das outroras ricas comunidades indígenas, os verdadeiros representantes da nação brasileira.

A pretexto de fazermos do Brasil uma Nação rica e desenvolvida, matamos, destruimos, desrespeitamos nossos antepassados, os índios, arrasando a sua cultura, a sua organização democrática, o seu habitat natural. Escravizamos um povo rico, livre e feliz, em nome de uma civilização que o homem branco jamais alcançou, porque não é através da destruição e da morte que alcançaremos graus superiores de desenvolvimento. Muito pelo contrário, faltou ao homem branco o aprendizado da verdadeira liberdade praticada pelos índios.

As conseqüências, as funestas conseqüências do que os povos aqui desembarcaram fizeram aos nossos antepassados, se refletem na própria formação da sociedade brasileira: nós continuamos desrespeitando e dizimando o meio ambiente, nós continuamos exterminando os últimos remanescentes das antigas nações indígenas; nós continuamos o triste papel dos jesuítas, integrando e aculturando ao nosso meio os poucos índios que existem, em favor de interesses econômicos escusos.

Um exemplo vivo, concreto e doloroso dessa situação, nós encontramos muito próximo a nós, ali na Penitenciária Feminina do Ahú. Numa de suas minúsculas celas encontra-se presa,

há mais de três anos, a Índia Thiara, condenada por homicídio.

Antes de questionar o que a levou a matar um homem, antes de levantar o que está sendo empreendido pela FUNAI, órgão responsável neste País pela proteção de nossos índios, para tirá-la da prisão e encaminhá-la de volta aos seus irmãos de sangue e de cultura, quero fazer uma observação, uma constatação, do que disse há pouco: uma índia presa, condenada pela lei dos brancos, prova o pouco caso com que a questão indígena vem sendo tratada, ao longo dos anos, aqui no Paraná, e por extensão, no Brasil.

Porque, para essa índia ter chegado a matar, a se prostituir, a viver longe de sua gente e no meio mais sórdido; que nós homens brancos criamos, que é o submundo do meretrício, é porque sua trajetória de vida esteve muito distante de suas próprias origens; é porque nós brasileiros temos sido os responsáveis pelo aniquilamento das últimas tribos e aldeias indígenas do País.

Como a própria Thiara revela, ao afirmar não saber de onde veio, qual a sua idade, como foi parar no meio de uma família pobre e ignorante, que depois a abandonou na cidade de Campo Mourão, os índios não têm sido respeitados nem preservados em sua forma de vida e organização, ao longo de mais de quatro séculos, nesta Nação. O índio continua escravo do homem branco. Continua a ser tratado como um animal selvagem, espécie em extinção, sem direito e sem voz, quando ele é, na realidade, o proprietário, o dono de fato das terras e riquezas naturais deste País.

O Paraná, Estado que já foi caracterizado pela abundância do pinheiro Araucária, pela gralha azul, pelos aldeamentos indígenas, dos quais destaco o extinto grupo Xetá, é hoje um Estado sem cobertura florestal, onde o pinheiro está se tornando uma relíquia, uma amarga lembrança na memória do seu povo, onde a figura do índio nos evoca, diretamente, a morte cruel e sem solução do cacique Cretã, a triste realidade dos índios em Manguaçu.

É nesse contexto que destaco a figura dessa índia, Maria Thiara Marques, reclusa da Penitenciária Feminina do Ahú. Condenada com uma pena de dezesseis anos e três meses, por latrocínio e ocultação de cadáver em Loanda, ela é o exemplo típico do que acontece com o indígena ao ser desvirtuado de sua origem, dos costumes de sua gente.

Seu trauma de vida é tão grande que ela não consegue levantar, da memória, quase nada acerca de sua existência. Sabe ser índia, mas não sabe quem a tirou de sua aldeia, de que maneira chegou à prostituição para sobreviver. Ela recorda apenas da fome, do abandono, das doenças, da violência porque passou, até parar num prostíbulo, onde chegou a ter dois filhos, os quais nunca mais viu.

Thiara recorda do sofrimento durante o inquérito e o julgamento, da sua passagem pelo Manicômio Judiciário, até chegar à prisão do Ahú, e da sensação de quase segurança que tem hoje, numa penitenciária. Segundo seu próprio depoimento, se for para voltar à vida que teve, Thiara prefere ficar reclusa, porque assim ao menos só tem o que comer e o que vestir.

Ninguém sabe ao certo como a FUNAI chegou até ela, através da visita da antropóloga brasileira Diana Clea Garcia da Mota. Hoje Thiara conta com dois laudos, um do IML e outro desta antropóloga comprovando a sua condição de índia pura, que sofreu, segundo os próprios termos do laudo da FUNAI, "uma tentativa falha de integração ao meio social".

Conforme o artigo 56, do Estatuto do Índio, "no caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também o grau de integração do silvícola". Diz ainda o parágrafo único que "as penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semi-liberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios, mais próximo da habitação do condenado".

O próprio advogado da delegacia da FUNAI aqui do Paraná, Dr. Alaor Galhardo, que desde 1980 vem cuidando do caso, afirma que "os juízes não têm interpretado de forma correta essa lei". Dr. Alaor se baseou no artigo 56 para encaminhar ao juiz, através de revisão criminal, o pedido de atenuação da pena, assim como o de condução de Thiara à reserva de Palmas, que se prontificou a recebê-la, para o cumprimento da pena em regime de semi-liberdade.

Negaram-lhe provimento, negando assim o que prevê a própria lei que protege o índio brasileiro. Conclusão: após ingresso de recurso extraordinário, também negado por nossa Justiça, o advogado deu entrada de agravo de instrumento, com o processo indo parar no Supremo Tribunal Federal, onde está para ser julgado.

Esperamos agora que Deus ilumine os juízes do Supremo Tribunal Federal, para que concedam a esta índia o direito de reconquistar sua liberdade; o direito de resgatar a sua cultura, perdida pelos caminhos do homem branco; o direito de voltar à sua origem, de onde nunca deveria ter saído; o direito de vir a ser tutelada pela FUNAI e dela receber a proteção que lhe é assegurada por lei.

Que este caso, Senhores Deputados, nos ilumine também e nos desperte para a realidade deste País. Que nos dê força para atuarmos de forma enérgica e contínua em prol das comunidades indígenas, as poucas que ainda existem, e que hoje se debatem com a redução sistemática de suas reservas, com as investidas de latifundiários e empresários fazendeiros gananciosos, com a luta contra posseiros que invadem suas áreas, estes também uns pobres desvalidos premidos pela dificuldade em possuir um pequeno lote onde plantar a sua sobrevivência. Porque nós, Senhores Deputados, que podemos fazer e elaborar leis, temos a obrigação de junto à FUNAI, restituir um pouco da dignidade que roubamos, de modo tão violento, de nossos irmãos indígenas.

"Minha irmã, índia Thiara!

Maria Thiara Marques,
por si mesma registrada.

Lá no poente, onde o sol se deitou,
enterraram clandestinamente, os teus avós.

No tronco da araucária, altaneira,
ficou o testemunho fiel do teu passado.

Nas asas azuis da gralha, voa o sonho azul,
prenhe de liberdade e grandeza do teu povo.

Minha amiga Thiara-Índia,
última filha do sol,
última filha das verdes matas do Paraná,
última flor da tribo Xetá,

rogo a Deus e rogo aos homens
para não ser testemunha da tua tristeza,
da tua prisão, do teu extermínio,
do genocídio do teu povo que acabará em ti,
que contigo chega ao fim.

Rogo a Deus e rogo aos homens,
para ser testemunha da tua história,
da tua alegria, do teu sol e da tua liberdade,
irmã Thiara, última Índia Xetá."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Horário da Liderança do PMDB, por dezoito minutos, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Temos a grata satisfação de registrar nessa oportunidade mais um ato do Governo do PMDB.

O Paraná hoje tem conhecimento e esta Casa recebe a mensagem do Governador José Richa, propondo o aumento ao funcionalismo público; propondo mais a medida sanadora e justa da semestralidade e propondo ainda, Sr. Presidente, o cumpri-

mento de mais uma diretriz do PMDB.

É o primeiro Estado brasileiro, com recursos próprios, em implantar a medida justa do décimo-terceiro salário ao funcionalismo público do Estado.

É necessário que se destaque, inclusive, não o simples fato da medida governamental, ao tomar a sanadora medida e implantar o décimo-terceiro salário, ainda no corrente exercício da semestralidade.

O fato mais importante que vem comprovar efetivamente, mais um dos compromissos assumidos na campanha eleitoral, é da participação dos setores interessados nas decisões do Governo.

Como chegou o Governo do Estado do Paraná à conclusão de que deveria dar o décimo-terceiro salário ao seu funcionalismo? Tão logo assumiu o poder, o Senhor Governador José Richa, determinou que fosse feito um rigoroso levantamento da situação do funcionalismo no Estado do Paraná e auxiliado pela CELEPAR, os computadores passaram a funcionar, no sentido de que o Governo tivesse o levantamento perfeito do quadro do funcionalismo do Estado e, após ter em mãos dados idôneos e concretos, o Senhor Governador do Estado constituiu uma Comissão com o Secretário do Planejamento, da Administração, das Finanças e do responsável pelo enquadramento da ex-Secretaria de Recursos Humanos na Secretaria de Administração, juntamente com as lideranças do funcionalismo público estadual; os representantes das entidades legítimas que representam o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Esta Comissão, de posse de dados idôneos, concretos e reais, passou a negociar com a classe do funcionalismo público do Estado do Paraná, o índice e o percentual de aumento e também, a estudar a possibilidade de implantação da semestralidade e do décimo-terceiro salário.

E foi da conclusão do trabalho desta Comissão paritária, podemos dizer assim, que o Governo do Estado do Paraná encontrou condições para chegar a esse índice, como chegou.

Nós conhecemos efetivamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que o percentual de trinta e cinco por cento não é aquele desejado pelo funcionalismo público do Estado, mas como as próprias lideranças do funcionalismo entenderam, é o máximo, daquele mínimo que o funcionalismo pode aceitar.

Os recursos financeiros do Estado do Paraná, diante do grave momento que este Estado atravessa, da calamidade pública que este Estado atravessa, os trinta e cinco por cento é sem sombra de dúvida o máximo do percentual que o Governo podia chegar, e só chegou a trinta e cinco por cento, Srs. Deputados, porque medidas saneadoras e austeras foram tomadas nestes noventa dias de Governo, entre as quais, convém que se destaque, a extinção de duas Secretarias de Estado; de várias diretorias de entidades atreladas e de Companhias atreladas à administração indireta; uma política austera de economia dos recursos públicos; e a demissão de centenas de funcionários fantasmas com salários verdadeiramente milionários, que oneravam o Poder Público Estadual, e como fica provado e constatado hoje, não apenas representavam o privilégio de poucos apaniguados, mas representavam o ônus da defasagem permanente, que a coletividade do funcionalismo público do Estado vinha suportando; porque enquanto uns poucos privilegiados ganhavam somas astronômicas, o grosso do funcionalismo mendigou e mendiga, diga-se a verdade, um salário não condizente com o trabalho que ele desenvolve no Estado do Paraná.

Não fossem as medidas de austeridade que aqui neste plenário e desta tribuna tantas críticas se levantaram, de acusação, inclusive de perseguição político-partidária, contra os demitidos, como ocorreu na última semana, quando a Secretaria de Transportes demitiu 86 funcionários, 79 dos quais já são aposentados dos quadros dos serventuários públicos do Estado do Paraná, e num verdadeiro privilégio foram recontratados com

altos salários.

Pessoas que ganhavam quinhentos e seiscentos mil cruzeiros como aposentados, foram contratados com novos salários de mais quinhentos e seiscentos mil cruzeiros. Estes salários dados a poucos privilegiados, na verdade, estavam achatando o salário da grande maioria do funcionalismo público do Estado.

E foram essas medidas corajosas, que tantas críticas levantaram, que possibilitaram que esta Comissão Paritária concluísse, de que é possível implantar no exercício financeiro de 1983, o décimo-terceiro salário ao funcionalismo público do Estado do Paraná, objetivo perseguido há tantos anos, e que Governo anterior nenhum, como bem disse o nobre Deputado Erondi Silvério, da tribuna, teve a suficiente coragem e o respaldo político de implantar neste Estado.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com satisfação que a Liderança do PMDB e do Governo, nesta Casa, vem hoje dizer que isso não significa apenas o cumprimento de uma promessa, mas significa antes e acima de tudo, reconhecer que justiça se começa a fazer com o funcionalismo público do Estado do Paraná. Esta conquista vai atingir inclusive os inativos, aqueles que deram longos anos de suas vidas em prol deste Estado. Registramos, então, com grande satisfação, este evento importante e histórico não só para o funcionalismo público do Estado do Paraná, mas que, queira Deus, esse exemplo seja seguido por outros Estados da Federação, e tenha o condão de sensibilizar o Governo Federal para que ele dê o exemplo porque, na verdade, ele, que é o Legislador maior, deveria estar dando o exemplo, e não ter que enfrentar uma greve do funcionalismo público federal, como se desenrola até hoje, vergonhosamente, porque nega direitos básicos que a legislação trabalhista de todos os pólos já reconheceu. Para nós, que sustentamos durante longos anos uma proposta de oposição, e que chegamos ao poder, e em noventa dias conseguimos concretizar o anseio e a reivindicação que é um direito inerente à pessoa humana, que é a justa remuneração ao seu trabalho, nos sentimos satisfeitos de participar de um Governo destes, porque reconhece que esta medida de justiça se fazia sentir há muito tempo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro que o solicitou, e logo após ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Nilso Sguarezi. Acredito que

Vossa Excelência tenha efetivamente muitas razões para transmitir a esta Casa a felicidade que transmite neste momento. E eu quero cumprimentar Vossa Excelência, como Líder do Governo, porque entendo que, efetivamente, a concessão do décimo-terceiro salário aos servidores públicos, por ser uma reivindicação muito antiga, é uma conquista que merece, efetivamente, comemoração. E creia que o mesmo júbilo que Vossa Excelência sente, sente este Deputado também que procurou dentro do que lhe foi possível, fazer gestões, inclusive apelos da tribuna, para que o décimo-terceiro fosse concedido. Neste particular Vossa Excelência fique tranqüilo, os nossos cumprimentos são justos; não são graciosos.

Eu gostaria, apenas de abordar com Vossa Excelência, a questão da semestralidade, já que temos em mãos a Mensagem do Sr. Governador do Estado propondo majoração de trinta e cinco por cento nos vencimentos dos servidores ativos, inativos, do pessoal civil e militar do Governo do Paraná. Sabe Vossa Excelência, estudioso como é da política social brasileira, que o instituto da semestralidade foi criado, em nossa legislação, para repor o poder aquisitivo, atualizar o poder aquisitivo da população que viu esse poder ser deteriorado cada vez mais pelas altas taxas da inflação. Então, a semestralidade, a meu ver, salvo melhor juízo, pressupõe o reajuste de acordo com essas taxas inflacionárias. Nós sabemos que o INPC do mês de julho é de cinquenta e cinco por cento; e sabemos também agora oficialmente que o Governador do Estado propõe a esta casa um reajuste de trinta e cinco por cento; e por outro lado tam-

bém sabemos que a Comissão de servidores públicos fez ao Sr. Governador uma reivindicação para que haja uma reposição salarial. Evidente que essa reposição não vai acontecer por falhas do Governador José Richa; vai acontecer como consequência de uma política salarial que vem se arrastando há muitos anos. Mas o Governador passa a se incorporar no rol desses que falharam quando propõe, em julho, trinta e cinco por cento, quando sabemos que o INPC é de cinquenta e cinco por cento. Então, naqueles noventa e três por cento, a cota do Governador José Richa passa a ser de vinte por cento, porque essa reposição passa a subir para a casa dos cento e treze por cento.

Então, gostaria de saber de que forma Vossa Excelência pode ver compatibilizados os interesses quanto à semestralidade, quanto aos reajustes e, especialmente, quanto à reposição salarial.

No que toca o décimo-terceiro salário, Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência terá sempre a razão, dependendo do ponto de vista que Vossa Excelência se coloca, dos dados que Vossa Excelência toma por base, para tirar essa conclusão. Se Vossa Excelência tomar por base os anos anteriores é evidente de que vamos chegar, em 1983, com um salário totalmente defasado. Mas, se Vossa Excelência tomar por base o último exercício, o atual exercício de 1983, Vossa Excelência verá que a partir deste momento, e é a partir deste momento que o novo Governo encontra este quadro aqui montado, que tem dados para recompor ou diminuir esta defasagem que gradativamente veio se acentuando nos salários do nosso funcionalismo público do Estado.

Nós traremos, em números exatos, o que foi o resultado final desta Comissão. Não trago nesta oportunidade, porque só apenas registro o fato. Na discussão desta matéria, nós haveremos de trazer a Vossa Excelência, a partir desta interpretação, do exercício de 1983, para ver que, efetivamente, a semestralidade está sendo cumprida.

Agora, se nós tomarmos por dado os anos anteriores, é evidente que esta semestralidade nunca será atingida.

Concedo aparte ao nobre Deputado Roberto Requião, e, após, ao Deputado Anibal Khury.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Nilso Sguarezi.

Por designação da Liderança do PMDB, compareci às duas horas da tarde de hoje, na Assembléia Geral dos Funcionários Públicos Federais, no Hospital das Clínicas, para garantir-lhes que o Governo do PMDB no Estado, não irá, de forma alguma, reprimí-los, mas, de todas as formas, irá garantir-lhes o direito de reunião, de greve, e de manifestação.

No entanto, Deputado, não havia nenhum representante do PDS para suportar do ponto de vista partidário, parlamentar, as reivindicações daqueles funcionários. Na verdade, o único partido que está sustentando as reivindicações populares, e se recusando a ser um mero administrador da crise que é desencadeada e da responsabilidade do Governo Federal, é o PMDB.

Qualquer indagação que um Deputado da Bancada do PDS faça, enquanto não estiver a bancada representada e o partido represente nas reivindicações dos funcionários federais em greve, não deve ser nem ao mesmo considerada pelo PMDB, porque será eivada do vício básico, da hipocrisia, de um partido que não sustenta seus compromissos, não está solidário com o povo e com o funcionalismo.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência porque ele caracteriza perfeitamente a situação esdrúxula em que nós vivemos. Enquanto o Governo Central concentra em sua mão, a grande soma de recursos, é um Governo Estadual que defasado, que acuado pela premência, inclusive, de uma catástrofe, tem a coragem de dar e reconhecer o direito do funcionalismo público do Estado.

Com a palavra o Deputado Anibal Khury, e, posterior-

mente, o Deputado Anibelli.

O Sr. Anibal Khury — Deputado Sguarezi, assistimos ontem o anúncio do Governador José Richa, do aumento de trinta e cinco por cento, do anúncio da semestralidade e do décimo-terceiro salário. Depois de mais de vinte dias em exaustivas reuniões, uma comissão constituída por todos os segmentos do funcionalismo público estadual, do Secretário da Fazenda, do Secretário do Planejamento, e de outros Secretários interessados na matéria, decidiu-se por este aumento de trinta e cinco por cento que não foi, diga-se de passagem, a contento do Secretário das Finanças, que estava com receio de não poder cumprir os pagamentos em dia. Mas, decidiu o Governador, e decidiu bem porque decidiu com o coração, para que o aumento fosse feito nas condições que mesmo, com dificuldade, o Governo pudesse pagar.

Eu creio que, pelo semblante dos funcionários, alguns oposicionistas demonstravam uma alegria tão grande, que pode-se considerar que isto foi um verdadeiro presente de Natal. De parabéns o Governador José Richa, de parabéns o Paraná por todos os seus segmentos, pelos seus partidos, por essa coragem de ter o Governador de concordar, não só concordar, como ordenar esse aumento tão sonhado pelo funcionalismo público estadual, no que diz respeito aos trinta e cinco por cento, à semestralidade e ao famoso décimo-terceiro salário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência destaca um aspecto que talvez o grande público não saiba. Mas, na verdade, Vossa Excelência disse bem. Os dados da Secretaria das Finanças do Paraná permitiam apenas a concessão segura de trinta por cento. Mas, o Governador colocou af o seu coração e argumentou de que quem havia conseguido fazer economia no início do Governo, depois que a máquina estivesse funcionando, tinha que chegar a esse índice de mais cinco por cento, para favorecer o nosso funcionalismo. Porque argumentou o Governador José Richa: "Quem efetivamente vai fazer essa economia para o Estado é o funcionalismo". E, por isso, nós vamos contar com o apoio integral do próprio funcionalismo, que vai colaborar, assim, para que tenha um salário mais condizente com as suas necessidades.

Nobre Deputado Antônio Anibelli.

O Sr. Antônio Anibelli — Nobre Líder Nilso Sguarezi, apenas para cumprimentá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa o nobre orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu pediria mais um minuto, Sr. Presidente, para que o Deputado Antônio Anibelli pudesse nos honrar com o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa concede um minuto.

O Sr. Antônio Anibelli — Nobre Líder, apenas para nos solidarizar com Vossa Excelência e com o nosso Governador, porque, quando Deputado Federal, fui autor de uma Emenda Constitucional que dava, aos funcionários públicos da União, o décimo-terceiro salário, no ano de 1976; essa emenda foi rejeitada pelo partido da maioria à época, a ARENA; em 1981, ao lado do Deputado Osvaldo Macedo, reapresentamos a mesma emenda, que foi rejeitada pelo partido da maioria à época, o PDS.

Hoje, eu Deputado Estadual, sinto-me feliz e quase realizado, em ver que a maioria hoje, do PMDB, no Governo José Richa, ele manda essa Mensagem que, tenho certeza, será aprovada e, todo o funcionalismo dará, ao Governador José Richa, o valor que realmente ele merece!

Meus parabéns a Vossa Excelência, e ao Governador José Richa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulta à Liderança

do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, por cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Agradeço a Vossa Excelência, a deferência.

Queria, primeiramente, dizer ao Paraná e aos meus companheiros de partido e aos homens da Oposição que hoje estão mandando no Governo, que eu sou um homem de partido, obedeço às Lideranças, que estão coesas, num só pensamento. Mas o que não podemos admitir, Sr. Presidente, é a observação maldosa de um Deputado do PMDB, ao dizer que Malluf é corrupto. Então, muito mais corrupto é o Montoro que, até agora, não provou nada contra o Malluf. Não tenho procuração para defendê-lo, mas tenho procuração e autoridade para defender um companheiro nosso que deu uma demonstração de civismo, em São Paulo, ganhando uma convenção, contra os prepotentes do Governo. Talvez eu seja mal interpretado, mas o negócio é o seguinte: se Malluf é corrupto, por que o Governador do PMDB não provou nada, até agora? Ou será que ele está compactuando com a corrupção? Será que isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, serve de chacota apenas para atirar lama num homem que é a esperança do Brasil, um homem que, em São Paulo, soube conquistar o povo paulista, um homem que foi um dos Deputados mais votados do Brasil, um homem que, no Nordeste, do Oiapoque ao Chuí tem e terá o respaldo dos políticos que querem ver o Brasil fora dos Delfins? Quem é corrupto? É Delfim Neto, ou é Malluf? Quem é o corrupto? É o Franco Montoro que até agora não provou nada contra o Malluf? Por que atirar pedras numa árvore que não tem frutos? Ou é inconseqüência de um homem que vem para a Assembleia Legislativa apenas para criticar? Criticar seus próprios companheiros? Onde está a coerência? Onde está a coerência do Legislador paranaense, ao chamar um ex-Governador de corrupto? Um Deputado Federal mais votado? E sem provas! É necessário que se prove, é necessário que se tenha um pouco de coerência.

Não tenho procuração de Paulo Malluf para defendê-lo, mas tenho procuração do meu partido para dizer, ao Deputado que chamou Malluf de corrupto, que vá a São Paulo e pegue o seu companheiro Franco Montoro, prove e ponha Malluf na cadeia. Daí nós haveremos de saber, e bater palmas para esses homens que atiram pedras, que procuram enlamear os homens que querem o bem-estar do Brasil e da sua gente. Talvez a nossa cultura não chegue à altura dos que criticam, mas apesar do nosso cabelo encanecido, jamais atiramos pedras, jamais procuramos pisotear os nossos adversários. Temos uma conduta e temos uma responsabilidade, Sr. Presidente, e eu queria convidar o Deputado que chamou Malluf de corrupto, que vá a São Paulo, pegue o todo poderoso Franco Montoro e traga provas para que o Paraná fique sabendo que nós aqui nesta Assembleia não estamos chovendo no molhado; que nós aqui nesta Assembleia não estamos fazendo demagogia apenas, estamos hoje louvando o Governador José Richa pelo seu ato de dar benefícios aos servidores públicos. O que não podemos tolerar, Sr. Presidente e meus companheiros de bancada, são as injúrias, as calúnias, aos homens que não se entendem, aos homens que procuram atirar pedras em seus próprios companheiros, aos homens que falam em vão, aos homens que falam e não provam.

Queria desafiar, neste instante, ao homem que chamou Malluf de corrupto, que traga provas. Assim ele há de merecer o nosso respeito, senão o respeito que temos por ele é zero, cortado, porque não é possível, não é cabível que na Assembleia de Santa Catarina venham chamar o Deputado Gabriel Manoel de corrupto. É preciso que haja consciência, é preciso que, como dizia Camões “Cessem tudo que uma antiga musa

canta”. Este é o valor mais alto que se levanta, se levanta o valor da verdade. Vossa Excelência chamou um companheiro nosso de bancada, de corrupto, mas sem provas, e por enquanto, o corrupto é Vossa Excelência, que maldosamente destila o seu veneno em cima de nós. Destila o veneno que nunca vimos aqui na Assembleia, um veneno destinado para que se meça o inconformismo. Deputado Requião, o inconformismo de Vossa Excelência em querer atacar os dois lados. Vossa Excelência ataca companheiros seus e os nossos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e quero desafiar o Deputado que chamou Malluf de corrupto, para termos um diálogo. Que prove. O Governo de São Paulo é dele. Que prove, ou então ele está fadado à derrota na próxima eleição.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o restante do horário será ocupado pelo Vice-Líder, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o eminente Deputado Tércio Albuquerque, por 24 minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Dizia durante as campanhas eleitorais, é nossa gente, especialmente do oeste, que se reeleito fosse e o Governo do Estado fosse dado pelo voto livre e soberano do povo paranaense, ao partido então de oposição, eu ocuparia a tribuna da Assembleia Legislativa, para criticar construtivamente os atos do Sr. Governador, e que eu viria como fiscal do povo, cobrar as promessas eleitoreiras. Também disse aos meus eleitores que aplaudiria os atos em que o Governador assinasse em favor do Paraná, do seu desenvolvimento, porque nós queremos hoje, como Deputado de Oposição, aqui nesta Casa, dizer que o nosso Estado caminha “pari passu” ao lado do desenvolvimento e do progresso, que todos nós desejamos legar aos nossos filhos e aos nossos descendentes.

Li pelos jornais, e ouvi através de emissoras de rádio, que o Governador José Richa encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado, a implantação da semestralidade e o 13.º salário para o funcionalismo público.

Não posso, Srs. Deputados, criticar um ato como este, que vem em favor daqueles que, nós da bancada do PDS, tanto reivindicamos no passado e continuamos no presente, que é o nosso funcionário público. Aquele que zela pela coisa pública, aquele que constrói e que trabalha ao lado do Sr. Governador para que ele faça uma administração fecunda em benefício do nosso Estado.

Mas, se o Governador José Richa, faz o que os demais governadores brasileiros não fizeram ou não tiveram ainda oportunidade de realizar, que é a semestralidade e o 13.º salário, é porque encontraram o Estado governado com austeridade, com economia e que não foi, endividado pelos governadores passados, além da sua capacidade de endividamento. Nós podemos dizer ao Sr. Governador José Richa, que o Sr. Governador Ney Braga, que o Governador Hosken de Novaes, deixaram o Estado em perfeitas condições de ser bem administrado e com capacidade ainda, de continuar no seu endividamento.

Nós queremos aplaudir. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistimos, na sexta-feira próxima passada, uma eleição, que segundo a Associação dos Professores, não é uma eleição, porque os mais votados ganham mas não tomam posse, a não ser que estes estejam dentro da ideologia, da amizade pessoal dos administradores da Secretaria da Educação do Paraná. Eu gostaria de ler trecho de uma assembleia geral, realizada em favor dos professores, no dia 10/04/83: (Lê):

"ELEIÇÕES — E AGORA?"

A APP se posicionou em Assembléias Gerais (12.12.82 e 10.04.83) a favor das Eleições Diretas, e já justificou sobejamente tal posição. Apesar das constantes gestões e das frequentes declarações públicas da APP referentes ao processo eleitoral desencadeado pelo governo, a lista tríptica se constitui, agora, num fato consumado, haja vista que nem a tentativa para se processar a 2a. etapa, proposta pela Entidade, foi levada em consideração pela SEED, num evidente descaso às aspirações da base e numa flagrante contradição com o discurso democrático, tão alardeado, inclusive por alguns colegas de Magistério, que outrora ostentavam públicas filosofias basistas, mas que hoje agem de forma cupulista.

Os desdobramentos destas Eleições Trípticas ficarão, sem dúvida, sob a responsabilidade daqueles que, enganando as bases, defenderam, promoveram ou foram simplesmente coniventes com a forma deste processo.

Se a partir de agosto milhares de alunos ficarem temporariamente sem aulas e a confusão se estabelecer na rede estadual de ensino, por causa das evidentes dificuldades de remanejamento de professores, a culpa será tão somente destes que procuraram e procuram a'ijar a APP da participação, impondo sua falaciosa "democracia participativa", eufemismo de demagogia ditatorial.

A outrora oposição democrática (hoje situação) não pode iludir o povo com sofismas democráticos.

É preciso menos "democracia participativa" e mais ação democrática.

TESTEMUNHA DE AÇÃO DEMOCRÁTICA — 1:

Em Manuel Ribas realizarem-se eleições para diretor, conforme a APP propôs, isto é, em duas etapas. Na 1a. etapa conheceram-se com os votos de toda a comunidade - os três mais votados (Henrique Sampaio da Silva, José Muller e Elvira M. Muller). Na 2a. etapa os professores e funcionários (22 ao todo) escolheram como diretor o Professor Henrique Sampaio da Silva, com 21 votos.

Simples. Eliminaram a interferência política e responderão eles próprios pelo ato limpo que praticaram.

TESTEMUNHA DE AÇÃO DEMOCRÁTICA — 2:

A Escola ANTÔNIO TUPY PINHEIRO, ensino de 1º grau, de Guarapuava, encaminhou à SEED, no dia de ontem, um abaixo-assinado subscrito por professores, funcionários e pois de alunos daquela Escola, solicitando que seja empossado o candidato mais votado da Lista Tríptica, a fim de que seja "consolidada a "democracia participativa", apregoada pelo Governo do Sr. José Richa".

As assinaturas foram colhidas durante a votação, fora do recinto da Escola, somente de pessoas que votaram e, o que mais impressiona, a listagem contém 505 subscrições dentre os 600 (seiscentos) eleitores daquele Estabelecimento Escolar, o que evidencia mais uma vez, a preferência quase unânime pelas eleições livres e diretas, sem rótulos desnecessários e sem interferências político-partidárias".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os professores desejam, nós também não conseguimos no passado, que seja dito a verdade, implantar uma lista tríptica que é uma eleição direta, que é o desejo maior da classe dos senhores professores. Mas nós voltamos a aplaudir a atitude do Deputado Rubens Bueno, na tarde de hoje, ao fazer da tribuna desta Casa, um apelo a Sua Excelência, o Governador José Richa e a Senhora Secretária Gilda Poli, que atendam a aspiração maior dos professores, dos pais, dos alunos e dos funcionários, nomeando como diretor das escolas que receberam sua "eleição" na próxima sexta-feira passada, mais votado que seja designado como diretor da escola.

Pela ordem, concedo o aparte ao Deputado Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Deputado Tércio Albuquerque, já observamos em outras oportunidades, a preocupação de Vossa Excelência em transmitir, aos Srs. Deputados, os pontos de vista dos representativos grupos que compõem a sociedade paranaense, a respeito dos mais variados assuntos e recorde-me nobre Deputado que a legislatura anterior, Vossa Excelência foi um dos que batalhou para que fosse implantado o 13º salário dos funcionários públicos e também a semestralidade.

Aliás, esta é uma aspiração já antiga. Lamentavelmente, na ocasião as nossas reivindicações não puderam ser atendidas. A alegação foi apresentada pelos Secretários, envolvidos com o estudo das viabilidades econômicas, de que não haveria condições para cumprir o compromisso que fosse apresentado em lei. Mas já se esboçava, no ano passado, quando se projetava o orçamento, condições para que pudesse ser cumprido um eventual termo legal para que fosse, o funcionalismo público, contemplado com o 13º salário ou a semestralidade.

Esta Casa aprovou até a possibilidade da emissão de ORTEs Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado. Parece-me, já ouvi comentários, que se baseia o Governo Estadual, ora no Poder, na possível emissão das ORTEs para lastrear as despesas decorrentes com o aumento do funcionalismo e com a semestralidade.

É bom lembrar que este trabalho, nobre Deputado, foi elaborado pelo PDS. É um trabalho de base. Os objetivos evidentemente são comuns. Todos nós queremos que o funcionalismo público seja melhor remunerado. Então se de um lado estão os Deputados do PMDB, satisfeitos com a providência do Sr. Governador, de outro lado estamos nós, satisfeitos também. Porque enfim, a somatória de esforços, e por que não dizer, já lembrou Vossa Excelência, até a austeridade do Governador. José Hosken de Novaes, durante seu período de governo, que culminou com condições financeiras para que chegássemos a este resultado.

Por outro lado, nobre Deputado, quando fala a respeito da eleição dos diretores, lembraria a Vossa Excelência o depoimento ainda neta manhã, feita nesta Casa pelo nobre Professor João Calixto de Medeiros que, convocado pela Comissão de Educação, brilhantemente presidida pelo nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, disse que tem sido, a Campanha Nacional e Escolas da Comunidade, segunda rede de escolas do Estado do Paraná, tem sido um verdadeiro lugar de democracia, porque todos os associados e alunos votam nos dirigentes das entidades e o mais votado é que ocupa as funções a que concorreu.

Acreditamos sinceramente de que este critério é o mais justo e o professor mais votado, é que ocupa as funções a que concorreu. Acreditamos sinceramente de que este critério é o mais justo. E estamos com o Deputado Adhail Sprenger Passos, que conclamou da Tribuna da Assembléia, nesta tarde, para que os mais votados venham a ser os diretores.

Manifestou a sua opinião pessoal, que endossa totalmente, como professor integrante desta nobre classe, que muito tem contribuído para o desenvolvimento da nossa Nação.

Muito obrigado pelo aparte concedido.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Antes de conceder ao próximo aparteante, Deputado Airton Cordeiro e logo após ao Sr. Deputado Sérgio Spada, eu gostaria de agradecer a participação brilhante do professor e Deputado Ezequias Losso, que veio com o seu aparte, dar brilho ao nosso pálido pronunciamento nesta tarde, que inclusive lembrou o fato de que o Deputado Adhail Sprenger Passos, também desta tribuna, não só o Deputado Rubens Bueno, fez um apelo ao Sr. Governador do Estado, para que os mais votados sejam os nomeados nas direções de escolas.

Muito obrigado pela sua participação.

Concedo aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Tércio Albuquerque, eu leio aqui, no artigo sétimo do plano de lei, que acompanha a Mensagem nº 67/83, do Governador do Estado, o seguinte: "O Poder Executivo fica autorizado a, mediante decreto, fixar o vencimento inicial dos integrantes do nível PA-1, do quadro próprio do Magistério, no valor equivalente a 2,2 salários-mínimos vigentes no Estado; na data desta lei, mantendo as mesmas diferenças percentuais, entre os vencimentos dos demais níveis da tabela do referido quadro."

Leio, para lembrar a Vossa Excelência e a Casa, que esta foi uma conquista do magistério no tempo do Governo Ney Braga. E como se faz com justiça, exaltação ao Governador que concede o 13º salário, eu acho muito oportuno que se lembre de alguma coisa, não menos importante, que o Governo do PDS fez pelos servidores públicos do Paraná. Eu poderia fazê-lo na sessão de amanhã, num pronunciamento isolado. Mas me permito em aparte, inserir no pronunciamento de Vossa Excelência essas observações, como homenagem ao trabalho que Vossa Excelência desenvolve nesta Casa, em proveito da gente deste Estado.

Convém lembrar o Plano de Reclassificação de Cargos dos Funcionários Públicos Paranaenses, que não foi só um reordenamento de carreiras, absolutamente, mas foi um plano que trouxe vantagens pecuniárias e financeiras, para todos os funcionários estatutários do Paraná. E também é bom lembrar, apenas um outro tinha sido elaborado neste Estado, no primeiro Governo Ney Braga. Depois disso, não houve nenhuma outra providência similar. Como também acho justo ressaltar, providências que implicaram em despesas enormes para o erário público e que certamente inviabilizaram outras medidas do Governo do PDS, para atender aos funcionários públicos estaduais.

Por exemplo, os avanços diagonais e verticais do Estatuto do Magistério, que implantado há algum tempo, não havia sido ainda colocado em execução esses avanços que significam promoções para os professores e foram feitos no Governo do PDS. Mais ainda, a efetivação do Quadro Próprio do Magistério, daqueles professores, que como eu sempre disse na legislatura passada, tinham o Natal com aulas suplementares e passavam para o Ano Novo sem esperanças de aulas para o ano que se iniciava. Eram os professores suplementaristas e eles foram efetivados, se não sou traído pela memória, foram em número de seis mil, Deputado Tércio Albuquerque, e pesaram ao Governo do Estado, pesaram ao erário público.

Como da mesma forma, outras tantas medidas que foram adotadas pelo Governo Ney Braga, eu quero fazer essa justiça, por um desencargo de consciência e porque sei que realmente no Governo passado, se fez aquilo que era possível e se aquelas matérias, aqueles questões tivessem sido proteladas na época, hoje o Governador José Richa não estaria falando em 13º salário, mas estaria, seguramente, procurando contornar situações, para evitar um movimento paredista dos professores e dos funcionários públicos.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço, Deputado Airton Cordeiro, a sua participação, que veio nos trazer, sem dúvida alguma, a esta Casa em especial, maiores conheci-

cimentos porque Vossa Excelência tem sido na Assembléia Legislativa do Estado, um intransigente defensor do funcionário público, mas em especial, dos Senhores professores do Paraná, com bastante projetos e reivindicações da classe. Vossa Excelência sem dúvida alguma, merece o nosso aplauso pela sua participação coerente, desde a sua primeira legislatura nesta Casa, em favor dos nossos funcionários públicos.

Concedo ao Deputado Sérgio Spada, o aparte.

O Sr. Sérgio Spada — Deputado Tércio Albuquerque, convém fazermos aos vossos comentários, feitos com o Diário Oficial do PDS na mão, ou seja, o jornal do Sr. Paulo Pimentel, presidente hoje do PDS no Estado do Paraná.

Vossas Excelências tiveram vinte anos para implantar no Estado, a eleição direta. Jamais o fizeram. Pelo contrário, quando os professores se reuniam nesta praça, aqui em frente, para fazer suas reivindicações o Governo do Sr. Ney Braga punha em cima desses professores, a polícia com cassetete na mão, com cachorros, e punha esses professores a correr.

Vossa Excelência também tem conhecimento, que os últimos movimentos da classe do professorado do Paraná, reivindicava sim, a eleição nos colégios, através da lista tríplice, e a bandeira da eleição direta sempre foi a bandeira do PMDB, e será implantada no Estado do Paraná a eleição direta. Inevitavelmente isto vai acontecer.

É muito bonito querer fazer caridade com o chapéu alheio, enquanto Vossas Excelências reivindicam, exigem do Governo do PMDB, instalado apenas há noventa dias, eleição direta, reajuste de acordo com o INPC para o funcionalismo do Estado. O Governo de Vossa Excelência, o federal, está querendo, através de medidas esdrúxulas, que vem de encontro à própria consciência da Nação brasileira adotar através de pacote, a retirada do adicional da dedicação integral e as gratificações semestrais aos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa ao nobre Deputado que ocupa a tribuna, que está encerrado o horário destinado pela sua Liderança e pergunto se deseja mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O Sr. Sérgio Spada — Para concluir Deputado, eu queria dizer a Vossa Excelência e a Bancada do PDS, que o Paraná caminha rumo à democracia e as provas estão aí.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Entendo que o Deputado Sérgio Spada, veio, em primeiro lugar, agredir o jornal "O Estado do Paraná", quando diz, afirma que é um diário do PDS.

O jornal "O Estado do Paraná", é um patrimônio da gente paranaense, é um jornal que no Governo Ney Braga, criticou muito os atos daquele Governador.

O Governo de Jayme Canet, idêntico.

Não é agora no Governo do Sr. José Richa, que querem os Srs. Deputados transformar este jornal em um jornal que não diga a verdade à nossa gente, ao nosso povo.

Portanto, fica registrado ao entendimento do Deputado Sérgio Spada, que o jornal "O Estado do Paraná", o jornal que tem uma grande circulação em nosso Estado, é o diário do nosso partido, no entendimento dele, o jornal do povo.

Agora, eu ia falar de outro assunto, mas não tenho mais tempo, Sr. Presidente. Apenas para anunciar, Sr. Deputado, amanhã eu vou falar sobre a Paranatur.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença

nesta Casa do Sr. Prefeito de Pérola, o Sr. Gentil Scalco, bem como o Prefeito de Prudentópolis, o Sr. Gilberto Agibert Filho.

A mesa encerra prazo para oferecimento de Emendas às Proposições nºs 52, 62 e 68/83, propostas de emendas à Constituição do Estado, sendo que as mesmas vão à Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a Constituição de Uma CPI para analisar os prejuízos decorrentes das enchentes verificadas em todo o Estado, bem como as providências tomadas pelos órgãos governamentais.— **Recebida.**— Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma CPI para analisar a situação educacional do Estado nos seguintes aspectos: acompanhar os critérios de nomeação dos Diretores de Colégios Estaduais, eleitos através determinação da Secretaria da Educação; corrigir a má remuneração dos Professores Públicos Municipais, bem como acompanhar a falta de repasses de órgãos Federais e Estaduais às Prefeituras para exercício de suas atividades educacionais.— **Recebida.**— Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Sr. Presidente, pela ordem, apenas para deixar consignado nas atas o nosso protesto. No início da legislatura, havíamos combinado à nível de lideranças, de que o PDS teria numa convenção o direito de propor duas CPIs, e o PMDB permite cinco CPIs concomitante a funcionar na Casa.

Com esta atitude do PDS ao apresentar hoje dois pedidos de CPIs, quando toda a imprensa vem anunciando de que amanhã nós vamos apreciar à nível de bancada a propositura da CPI da Corrupção já defendida da tribuna anteriormente pelo nobre Deputado Rubens Bueno, nós lavramos o protesto por ter sido rompido este acordo e entendemos que a Bancada do PDS se posiciona obstruindo a proposição de uma CPI da Corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está anotado o protesto de Vossa Excelência.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, queria, na Liderança do PDS nesta tarde, na ausência de nosso Líder, justificar de que nós julgamos necessário a apresentação deste pedido de duas CPIs. Mas, não foi com o intuito de prejudicar a criação de outras CPIs. E prova disso, que a nossa bancada se coloca à disposição da Bancada do PMDB, se julgar conveniente apresentar uma emenda constitucional, suspendendo e deixando sem limite o número de constituição de CPI nesta Casa, nós daremos integral apoio.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está lavrado o protesto de Vossa Excelência.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 32/83, que suspende o regime de semestralidade previsto no artigo 20, da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, do valor de referência de custas - V.R.C., até 31 de dezembro de 1983.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 32, de 18.04.83).

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 149/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS", com sede em Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1º, da Lei nº 7.576, de 12 de maio de 1982. (MUNICÍPIO DO TURVO). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/83, de autoria do DEPUTADO FUAD NACLI, que estabelece redução sobre as multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Rejeitado.** (Publicado no D.A. nº 17, de 21.03.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 12/83

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa a redução das multas, juros e correção incidentes sobre as contribuições devidas por servidores inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná — IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — C.P.S.J., que se encontrem em atraso.

O projeto veio devidamente articulado e não há qualquer óbice de natureza legal ou constitutiva que se lhe possa antepor.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) Djalma de Almeida Cesar-Presidente; Anibal Khury, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 12/83

Da lavra do eminente Deputado Fuad Nacli, o presente plano de lei visa a redução de multas, juros e correção monetária, incidentes sobre contribuições em atraso para com o IPE e com a Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, conforme especifica.

Reveste-se o projeto de inquestionável interesse público e elevado alcance social, tendo merecido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Reza, com efeito, o art. 49 do Regimento desta Casa: "Art. 49 — À Comissão de Finanças compete opinar sobre:

- I - matéria tributária;
- II - omissis;
- III - Quanto ao aspecto financeiro, sobre todas as proposições, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões; salvo as de legislação orçamentária, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública;
- IV - omissis.

Entretanto, no que respeita à competência desta Comissão, o projeto não merece reparos, estando, desta forma, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) Ervin Bonkoski-Presidente; Gabriel Manoel-Relator.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º Secretário (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta e quatro Srs. Deputados se encontram presentes.
O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Trinta e quatro Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei nº 12/83, queiram levantar-se. (Pausa).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Vinte e três Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei queiram levantar-se (Pausa).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Dois Srs. Deputados votam.

O SR. PRESIDENTE — Dois Srs. Deputados aprovam, vinte e três Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação; somente para prosseguimento da sessão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 41/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "Fundação João XIII", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com PARÉCER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. nº 41, de 04.05.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/83

Da lavra do eminente Deputado ACIR MEZZADRI, objetiva o presente plano de lei seja declarada de utilidade pública a "Fundação João XXIII", com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Verifica-se dos termos da Justificativa e comprova-se pela documentação anexa que a entidade tem existência legal e vem funcionando normalmente há mais de um ano; seus diretores não são remunerados a qualquer título, nem se distribuem lucros sob nenhum pretexto. Apresenta, finalmente, relatório de suas atividades.

De tal forma, preenchidos estão os requisitos da lei específica, estando o processo formalizado de acordo com as normas regimentais e pois, a salvo de quaisquer reparos.

Por tais razões, somos de opinião que se APROVE o Projeto em epígrafe, tal qual se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar-Presidente; Ervin Bonkoski-Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 55/83, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a "Casa do Bom Menino de Arapongas", com sede e foro no referido município. Com PARÉCER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. nº 52, de 19.05.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 55/83

De autoria da ilustre Deputada IRONDI PUGLIESI, objetiva o presente projeto declarar de utilidade pública a "Casa do Bom Menino de Arapongas", com sede e foro no Município de Arapongas.

A entidade a ser beneficiada com a medida destina-se ao amparo e educação de crianças órfãs e abandonadas.

Encontram-se no processo as peças indispensáveis previstas na legislação própria. E não há falhas ou omissões que possam comprometer a tramitação normal do processo.

Inexistem também vícios de ordem constitucional ou regimental.

Desta forma, somos pela APROVAÇÃO do projeto.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Artagao de Mattos Leão - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Urubathan Israel Barbosa de Amorin, ocorrido no dia 15 do corrente, nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Judite Ferreira Augusto, ocorrido no dia 18 do corrente, no Município de Mangueirinha.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Casemiro Novaki, ocorrido no dia 15 do corrente, no Município de Clevelândia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joel Mazza, Coletor Estadual do Município de Boa Vista da Aparecida.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a agilização dos trabalhos de asfaltamento da estrada PR-340, no trecho Tibagi-Castro.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente visando a promoção de espetáculos teatrais acessíveis ao público.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, em Brasília, encarecendo autorizar a mistura de fubá no trigo para a fabricação de pão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor à instalação do parque gráfico e fundação do "Jornal do Estado".— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor à iniciativa do semanário "Nosso Tempo", do Município de Foz do Iguaçu.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo lançamento do "Jornal do Estado", dando-se ciência deste requerimento ao Sr. Dr. Roberto Barrozo Filho, Diretor Presidente da Editora Jornal do Estado Ltda.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo estudos para construção do acostamento na PR-488, ligando Santa Helena a Vera Cruz do Oeste.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela inauguração do "Jornal do Estado", ocorrido no último dia 17 do corrente mês.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos professores da Universidade Federal do Paraná, que se encontram com suas atividades paralisadas.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de envidar esforços para doação de uma ambulância para o Município de Nova Cantu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, no sentido da reconstrução de 100 metros de muro e calçada, na Escola Estadual "Monteiro Lobato" - Ensino de 1º Grau - no Município de Sertãozinho.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banestado, através da Secretaria das Finanças encarecendo providências no sentido de ser transformado em Agência, o Posto de Serviço daquela instituição financeira, no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando reformas nas pontes abaladas pelas chuvas, bem como reparos nas estradas vicinais do Município de Peabiru.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o reinício das obras da PR-546, que ligará Itambé a Bom Sucesso.— **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Dom Geraldo Magella Agnelo, Arcebispo de Londrina, pela oficialização do Núcleo Arquidiocesano de Justiça e Paz do Município de Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Químico.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do protesto dos parlamentares do Congresso Nacional, que estavam em vigília pela presença no Brasil da delegação do FMI.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo urgência na demolição do prédio onde funcionaria o Fórum da Comarca de Maringá, em virtude da má construção, acarretando prejuízo para os cofres do Estado, visando ainda gestões para a construção do novo Fórum do Município de Maringá.— **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de conhecer a súmula desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista). — (Lê o requerimento) — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando urgentes providências no revestimento com cascalho das estradas Municipais OR-003 no trecho Tibagi a BR-376 (trecho de 35 km); estrada BR-153, no trecho Tibagi a BR-376, 45 km; estrada OR-408, no trecho que liga a PR-441 a Morro Chato; estrada OR-409, no trecho - Gaíças a Campina Alta, através da inclusão de Tibagi no Pró-

safras.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando incluir, entre as estradas cuja conservação é feita pelo DER, as rodovias Municipais EP-107 e EP-405, que ligam Campina da Lagoa a Altamira e Campina da Lagoa a Braganey, respectivamente.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 12, 41 e 55/83.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/83
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de
suas atribuições,

RESOLVE:

I — exonera LOURDES BORDIGNON, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 047/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover ANTÔNIO ADEMIR MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 4840).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/83

I — prover REINALDO MUCHAILH JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 4940).

Palácio "XIX de Dezembro", em 31 de maio de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2º SECRETÁRIO

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 436/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de
suas atribuições

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho composto pelos funcionários CLOVIS STADLER DE SOUZA, GERSON NEMES, HONORINO LUIZ COLLA, LAERTES LUIZ FOGGIATO, ALBERTO CARAZZAI NETO, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, ZENO PACIORNIK, LUIZ ANTÔNIO CARON e RONALDO BAPTISTA, para, sob a presidência do primeiro, proceder

a elaboração do Estudo Orçamentário a ser implantado neste Poder.

PORTARIA Nº 437/83

I — designar JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado;

II — designar ERNESTINA DE MORAIS SOUZA CORREIA, funcionária da Secretaria dos Transportes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto à Divisão de Expediente.

PORTARIA Nº 438/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ACIR TEIXEIRA, matrícula nº 108, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 5103).

PORTARIA Nº 439/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário NELSON EMÍLIO MARQUES, matrícula nº 352, ocupante do cargo de Médico C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 5107).

PORTARIA Nº 440/83

conceder à funcionária LUIZA ZACK VIANTE, matrícula nº 213, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 06 de junho de 1983.

(Protoc. nº 5237).

PORTARIA Nº 441/83

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula nº 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de junho de 1983.

(Protoc. nº 5136).

PORTARIA Nº 442/83

conceder à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula nº 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta e cinco (45) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de maio de 1983.

(Protoc. nº 5238).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de junho de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 443/83

conceder ao funcionário ALZEMIRO ARTIGAS, matrícula nº 381, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 20 de junho de 1983.

(Protoc. nº 5308).

PORTARIA Nº 444/83

conceder ao funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula nº 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 09 de junho de 1983.

(Protoc. nº 5311).

PORTARIA Nº 445/83

conceder ao funcionário CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula nº 594, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta (40) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1.º de junho de 1983, em prorrogação.

(Protoc. nº 5310).

PORTARIA Nº 446/83

designar WILSON PENKA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo, junto à Divisão das Comissões.

(Protoc. nº 5059/83).

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de junho de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 447/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Proc. 5261).

PORTARIA Nº 448/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula nº 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 5428).

PORTARIA Nº 449/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 5262).

PORTARIA Nº 450/83

conceder à funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula nº 106, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 09 de junho de 1983.

(Protoc. nº 5324).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/06/83

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 451/83

designar ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula nº 055, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Consultoria Legislativa, sem prejuízo do Assessoramento prestado ao Fórum de Debates e demais atribuições exercidas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/06/83

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral